

Memorias

Cap.^o 17

Portugal na Grande Guerra n.^o 1

- ASSEMBLEIA DA REPUBLICA
BOUQUIN HISTORICO PARLAMENTAR
- 1.^o A declaração do Governo português de 7 de Abril de 1914 e factos que se lhe seguiram
 - 2.^o O ministro da Guerra e o Presidente do Ministério convidam - no para ir a France
 - 3.^o O que dizem os documentos publicos de em 1920 acerca dos factos referidos
 - 4.^o O movimento "Entrega das espadas"
 - 5.^o O governo Demente de Castro, a sessão historica do palacio da Mitra em S. Antonio do Tojal, O "14 de Maio"
 - 6.^o A Alemanha declara a guerra a Portugal

A guerra da Europa

8 de Agosto de 1914

A grande guerra, ha tanto tempo prevista, e um facto. Litás em quem? nações: Austria, Sèrvia, Rússia, Alemanha, Bélgica, France e Inglaterra.

Em 28 de junho ultimos foram mortos em Sarajivo, por um serbio, o archiducque Fernando e sua mulher. Por esse motivo ou com esse pretexto, a Austria enviou ^{a Sèrvia} em 23 julho uma nota-ultimatum, exigindo que esta em 48 horas desse execução a condições pesadissimas, algumas das quaes eram insupportaveis de aceitar. A diplomacia europea procurava metter-se de permeio, aconselhando moderacão a Austria e a Sèrvia. Em 25 a Sèrvia respondia aceitando quasi tudo. A Austria, porém, não ~~considerava~~ satisfeltoni a resposta da Sèrvia, e declarava-lhe a guerra em 28.

A Rússia, que desde logo declarara não consentir no emagamento da Sèrvia, e aceitava todas as proposições conciliatorias, decretou a mobilizacão parcial em 29 e a geral em 31. A Alemanha que desde o principio tinha vontade collabrar nos varios deveres conciliatorios propostos pela Inglaterra enviou um ultimatum a Rússia por que dentro de duas horas desmobilizasse. Nestes condições, a Austria, a France e a Alemanha decretaram a mobilizacão geral em 1 de Agosto (o 1.º di de mob. por a Alemanha fir. firad em 2). ⊕

Em 2 de Agosto, tropas allemãs entraram no Grã-Ducado de Luxemburgo, e a Inglaterra ge-

⊕ As tropas francezas receberam, porém, ordem para não se aproximarem a menos de 10 kilometros da fronteira allumã, poré tinham todo o caracter offensivo á sua mobilização.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

rauli a' France a prohibicões da costa e da marinha mercante francezes, pela esquadra inglesa, se a esquadra allemã entrar no mar do Manche ou atravessar o mar do Norte com o fim de os atacar. A France offereceu 5 em por de exercito a' Belgica.

Em 3 de agosto, a Alemanha pede a' Belgica a linha panagem pelo seu territorio, garantido-lhe a neutralidade mediante essas condições, e promettendo-lhe manter a independencia e integridade. Findas doze horas sem resposta coupura, a Alemanha tratava a Belgica como inimiga. A Belgica repelin esta proposta.

Em 4 de agosto, os Allemães entram na Belgica e continuam Liege a prender-se. O embaixador inglês em Berlim pede o seu apoio pelo facto da violação da Belgica.

Qual a attitude de Portugal em face deste conflicto? Foi para a definiçã que hontem recebeu o Congresso. Eis o que se passou.

Na Camara dos Deputados

A sessão extraordinaria da Camara dos Deputados foi curta. Apenas uns trinta minutos levou o chefe do governo a expôr o que desejava do Parlamento, e os *leaders* dos partidos e mais dois deputados que com estes não tem relações politicas a dizerem que estavam de acordo com o Ministerio. Nem por isso, contudo, se deixou de fazer afirmações importantes, quer sob o ponto de vista de politica externa em que todos foram concordes em seguir a orientação inglesa, quer sob o ponto de vista patriótico.

A proposta que o governo apresentou e que lhe dá os mais amplos poderes, foi aprovada por unanimidade, no meio das mais intensas aclamações de entusiasmo a Portugal, á Inglaterra e á França.

* * *

O vasto hemicycle da Camara dos Deputados apresentava por volta das 15 horas, uma rumorejante agitação de que ele raras vezes tem sido testemunha. Quando se abrem as galerias, uma multidão irrompe por ali dentro e n'um abrir e fechar d'olhos, elas enchem-se como por encanto, sendo inumeras as pessoas que não conseguem nem bilhetes para as reservadas nem lugar nas publicas.

A segunda chamada respondem 72 deputados e, após um demorado compasso de espera, o governo entra na sala. São 15 e 33.

Faz-se um movimento de atenção e todos os deputados occupam os seus lugares. Muitos que são officiais do exercito ou da armada, apresentam-se fardados. Deputados que ha muito estavam longe do Parlamento e que se dizia que a ele não queriam voltar, pelo menos na legislatura que findou, reocuparam ontem os seus *fauteuils*: entre estes conta-se o sr Simas Machado que foi presidente da camara.

Na grande mesa dos taquigrafos e na da presidencia—e que o acaso quiz—ha dalias vermelhas, de petalas estreatas e esbracejantes.

A's portas da sala das sessões, que dão para os Passos Perdidos assomam cabeças de felizes que, não tendo conseguido obter lugar nas galerias, alcançaram d'onde lobrigarem alguma coisa, apesar da vigilancia dos continuos. De resto, não ha forças humanas que consigam opôr um dique á onda de pessoas que quer no atrio quer nas escadas se comprime.

—Tem a palavra o sr. Presidente do Ministerio!—exclama o sr. Azevedo Coutinho (democratico) que dirige os trabalhos.

O chefe do governo apresenta a proposta de lei

E' no meio d'um silencio profundo e inquieto, que o sr. Bernardino Machado lança as suas primeiras palavras. A sua voz trae uma certa emooção, comoção de que toda a sala está possuida. Não se está ali jogando uma cartada de que depende o futuro de Portugal!

O sr. Presidente do Ministerio lê:

Sr. Presidente:—Perante a actual situação externa, na previsão de qualquer eventualidade, que imponham ao governo uma acção imediata, julgámo-nos obrigados a solicitar do sr. presidente da Republica a convocação d'este Congresso extraordinario, para submettermos ao seu alto criterio patriótico o seguinte projecto de lei, para o qual pedimos a urgencia e dispensa do regimento para entrar de pronto em discussão:

Artigo 1.º—São conferidas ao poder executivo as facultades necessarias para, na actual conjuntura, garantir a ordem em todo o País e salvaguardar os interesses nacionaes, bem como para occorrer a quaesquer emergencias extraordinarias de caracter economico e financeiro.

§ unico.—O poder executivo dará conta ao Congresso, na sua primeira reunião, do uso que tiver feito d'estas facultades.

Artigo 2.º—Fica revogada a legislação em contrario.

Sr. presidente:—A nossa vida nacional é, pelas suas condições geograficas e tradicionais, intensamente internacionalista. D'ahi, a repercussão que todo o abalo lá de fóra produz sempre entre nós. Mas, felizmente, graças á prodigiosa laboriosidade da nossa gente e á proba administração republicana, que tem sabido valorisa-la, essa repercussão no dominio economico e financeiro não nos perturba, porque possuímos recursos proprios bastantes para nos

tranquilisarmos. E se em todas as horas graves da nossa historia foi o povo quem impreteritamente assegurou a honra e o prestigio da Patria, mais do que nunca devemos confiar n'ele, quando é ele mesmo que, sem embargo de ninguem, governa a Nação. (Apoiados calorosos).

Sr. presidente: Logo após a proclamação da Republica, todas as nações se apressaram a afirmar-nos a sua amizade, e uma d'ellas, a Inglaterra, a sua aliança. (Novos apoiados). Por nossa parte, temos feito incessantemente tudo, para corresponder a essa amizade, que devéras presamos, sem nenhum esquecimento, porém, dos deveres de aliança que livremente contraimos (apoiados calorosos), e a que em circumstancia alguma faltaríamos. (Muitos apoiados). Tal é a politica internacional de concordia e de dignidade, que este governo timbra em continuar, certo de que assim solidarisa indissolavelmente os votos do venerando chefe do Estado, com o sentimento colectivo do Congresso e do povo português. (Repetidos apoiados).

O sr. Machado Santos (independente) grita entusiasmado: — Vamos para a guerra!

— Apoiado! — solta-se aqui e ali nas galerias. De pé, todos os deputados aprovam a urgencia e dispensa de regimento requerida pelo chefe do governo.

Fala o sr. Machado Santos

O sr. Machado Santos, a quem é concedida a palavra, reconhece que as actuals circumstancias internacionais são gravissimas, e que é preciso encastrar-las de frente.

Se antes do actual conflito europeu, havia dentro do parlamento duas correntes, uma de apoio e outra de opposição, é porque o sr. presidente do ministerio nem a todos merecera confiança. Agora, porém, perante a situação internacional, entende que todos se devem reunir em volta do governo, e dando o seu voto á ditadura que o sr. presidente do ministerio vem pedir, desejaria saber se s. ex.ª está convencido de que pôde reunir para um esforço comum todas as forças nacionais.

O sr. Afonso Costa declara depôr a sua bandeira politica no altar da Patria

— Tem a palavra o sr. Afonso Costa. O chefe democratico levantou-se do seu *fauteuil* e começa: — Sr. presidente, ouvi com toda a atenção as palavras do sr. presidente do ministerio; ellas correspondem á gravidade do actual momento e aos sentimentos patrióticos do povo português. Nós somos felizmente aliados da grande Inglaterra,

que se pôz ao lado do direito e do progresso depois de ter exgotado todos os meios para conseguir a paz. Ainda que o não fossemos, teríamos de tomar providencias que nos habilitassem a garantir a nossa autonomia e a nossa neutralidade. Mas somos aliados d'essa nobre nação, que detem a maior força moral de todos os países.

Queremos compartilhar dos seus reveses e das suas victorias (Apoiados) e essa aliança impõe-nos deveres. Vimos aqui pedir ao governo que habilite o povo português a cumprir os seus desejos patrióticos e aproveitar o ensejo excepcional que se lhe oferece para demonstrar a sua energia e a sua vitalidade!

Em nome da maioria d'esta casa do parlamento, em nome do partido republicano português, venho depôr a minha bandeira politica no altar sagrado da Patria! (Ovação prolongada nas galerias e muitos apoiados na sala). Estou certo de que o governo saberá assegurar ao paiz o prestigio de que ele careça, ao mesmo tempo que dará ás classes desprotegidas todas as garantias para que a indigencia as não flagele e que mantenha a paz em toda a familia portuguesa. (Muitos apoiados).

O partido evolucionista e o actual momento

O sr. dr. Antonio José d'Almeida. («leader» evolucionista, diz: Ouvi com atenção a mensagem que o chefe do governo leu á camara e a proposta de lei que ele apresentou.

O que nessa proposta se pede ao congresso é muito, e é grave. Não importa. O partido evolucionista pela sua parte dá quanto se lhe pede e mais daria ainda se mais lhe fosse solicitado. Se ele fizesse o contrario, não seria um partido nem de republicanos, nem de portugueses.

E' claro que o nosso voto é consciante e autonomo e não obediente e passivo.

Se num futuro proximo ou distante nos convenceremos que o governo exorbita das facultades que lhe vão ser concedidas, ou se mostra incapaz perante a gravidade das circumstancias, nós sem hesitar, o denunciaremos á nação como um intruso prejudicial e malefico. O meu coração de português, alegra-se porém, ao supôr que essa facto não se dará.

E porque vota o partido evolucionista, que é um partido de opposição, tamanhas e tão complexas atribuições ao governo que tem combatido? Por tres razões, qual delas a mais forte. Vota-as porque a conflagração travada que abala os alicerces da velha Europa, arrastará na sua asa de furacão os destinos da nossa terra, e não é no instante decisivo que se hão-de autorisar medidas e soluções que de antemão carecem de ser preparadas.

Vota-as porque o poder executivo mostra estar integrado na unica politica que convém á honra e aos interesses da Patria Portuguesa, deliberando-se acompanhar a Inglaterra, a grande nação que detem o mais formidável espolio de civilização do passado e a França que no seu espirito sintetisa as aspirações do genio latino de que somos uma vivida e altiva parcela. Vota-as porque, se o governo é, nesta hora tragica, a garantia da nossa honra

ra e dos nossos interesses, para termos o direito que não alienamos de lhe exigir mais tarde responsabilidade que poderão cobri-lo de ignominia é indispensavel conferir-lhe facultades que o habilitem a vencer os obstaculos que o cercam.

E assim a situação do Partido Evolucionista é solida e coerente.

Somos opposição politica ao ministerio. Mas, nesta hora, não deve haver politica, e patrioticamente estamos ao lado dele para o amparar e dar-lhe força.

Nada ha que possa macular o proposito honrado do nosso partido. Se ele tem combatido a orientação partidaria do sr. Bernardino Machado, nunca ele o considerou mau português ou republicano susceptivel de traição, e é como português e como republicano que ele agora tem de representar a Patria Portuguesa.

O Partido Evolucionista continua onde sempre tem estado e o seu gesto de agora não é mais do que um aspecto da sua attitude patriótica de sempre.

Vamos, com probabilidade, correr a sorte de batalhas. Sem duvida que o nosso desejo era beneficiarmos de uma paz fecunda, em socego continuando a laborar as nossas terras, serenamente fazendo progredir a nossa industria, em calma fomentando o desenvolvimento das nossas colonias.

Mas de importancia mediocre e fugaz é esta nossa vontade em face do desenrolar dos acontecimentos.

Vamos, pois, correr a sorte das armas. Não nos entristecemos com isso.

Se vencermos, teremos a nossa patria na gloria que ha de cabe aqueles a cujo lado combatemos. Se ficarmos derrotados e tivermos de passar o amargo transe dos vencidos, será em boa companhia, a companhia de velhos aliados e de irmãos espirituais de sempre, que havemos de sofrer as provações da derrota e do descalabro.

Seja. Não fomos nós que lançamos o cartel d'esse desafio de fogo que calcina os exercitos de seis povos em armas, e por mais travo que tenha para a nossa sensibilidade pacifista, a compreensão violenta do flagelo que assola o territorio da Europa, resignemo-nos em nosso desconsolo porque é ao lado da Inglaterra e da França que o sangue lusitano vai vertter-se.

A nossa missão historica facultanos o designio bem raro e bem nobre de conjuntamente praticarmos um dever

de lealdade e uma prova de amor filial. Dever de lealdade para com a Inglaterra, a velha companheira de gloria e de provações cujo vulto desde longos anos projecta conjuntamente o nosso, sobre o solo dos combates, a mesma sombra heroica. Prova de amor filial para com a França, que nos ensinou a amar a democracia e a li-

berdade, e nos deu, grande mãe carinhosa, a noção esplendida da vida moderna.

O nosso gesto de pegar em armas pelas duas nações amigas é o cumprimento de um dever que nos leva a defender o forte, nobre e glorioso peito inglês com que nos temos encontrado sempre, e nos impele para, com o nosso corpo, embora golpeado, protegermos das baionetas brutais os seios gaulleses em cuja ponta chupámos e hav-

rimos a linfa do nosso resgate espirital.

Seja. As minhas ideias são bem conhecidas. Em discursos nesta Camara, em artigos de jornais, que correm com a minha assinatura, tenho exposto as ideias do partido evolucionista, que são abertamente pela aliança inglesa. Mais do que isso, o meu partido fez desse facto um ponto basilár do seu programma, aprovado no seu primeiro congresso em agosto de 1913, inserendo nelle estas palavras memoraveis: «Arma, emfim, que em materia de politica externa é necessario que a velha amizade com a Inglaterra se mantenha integra e proficua».

E se agora, depois da guerra estallar, não fiz pela imprensa afirmações ostensivas nesse sentido, foi porque, «leader» da opposição, quiz dar uma prova de solidariedade com o governo, só falando depois dele, que possui os segredos das chancelarias e tem as responsabilidades da situação, haver denunciado os seus propósitos.

A mim, representante de um partido oposicionista, competia-me neste lance supremo, em que se joga a existencia da Patria, ser o primeiro a dar uma prova de disciplina, sem a qual não pôde haver defesa proficua.

E indo nós com estas duas grandes e admiraveis nações que até á ultima lutaram para evitar a guerra, nós ainda somos coerentes com os nossos intuitos e damos ao mundo o significado de que, embora batalhando, somos pela paz, embora, cavando mais a scisão entre os homens, somos pela fraternidade humana.

Escuso de dizer ao governo e a quem me está ouvindo, que o partido evolucionista está disposto a tudo sacrificar em defesa da Patria. Esta serve-se com factos e dedicacões e não se lisongeia com palavras banais e estereis.

O partido evolucionista cumprirá o seu dever. Não abate a sua bandeira, mas ergue-a ao lado das outras que igualmente se levantem para conduzir portugueses em defesa da integridade nacional, e para com estes dar o seu esforço pela Patria que é de todos e pela Republica que para todos foi feita.

A atitude da União Republicana

O sr. Brito Camacho (leader unionista) é breve:

Em meu nome e no dos meus amigos, dou o meu apoio, sem nenhuma restrição, á proposta do governo. Neste momento, não sou politico, sou português. Hoje como sempre, em eguaes circunstancias, pode o governo contar com o apoio patriótico da União Republicana. (Apoiados).

O sr. Manuel José da Silva fala em nome dos socialistas

O sr. Manuel José da Silva (socialista) diz que fala para, como repre-

sentante do partido socialista que, não sendo uma força eleitoral, é, contudo, uma grande força moral, fazer uma declaração de principios necessaria no actual momento.

O que está acontecendo dá a impressão de que a humanidade regressa aos tempos primitivos das lutas fratricidas, mas hoje com maior selvageria, por que se habilitou a destruir muito e a matar muita gente com mais rapidez e mais arte.

O momento actual é excepcionalmente melindroso e solene para todos os povos, e nós, portugueses, não estamos excluidos de receber com as consequências da guerra alguma dose abundante de sofrimentos e de dores.

E' socialista e é internacionalista, portanto partidário, como toda a Internacional Operaria, da resolução dos conflitos entre as nações pelo principio da arbitragem. A resolução dos conflitos a ferro e a fogo, é uma negação de todo o progresso humano, e por isso contra tal sistema de resolver conflitos os socialistas portugueses protestam solemnemente, afirmando a sua fé em que restabelecida a paz e a normalidade o colosso trabalhador mundial ha de saber e ha de poder julgar e castigar os que de tal calamidade foram os causadores. (Apoiados).

Termina declarando que os socialistas portugueses, afirmando o seu sincero culto pela harmonia e a paz dos povos, e mantendo-se na sua posição de Partido de opposição franca mas sempre lial e de intuitos que poderão chamar-se patrióticos, aceita em principio as medidas excepcionais que forem indispensaveis para subtrair pela melhor forma imaginavel a sociedade portuguesa, não só a complicações diplomaticas como tambem a que sobre ela possam incidir com dureza insofrivel as consequências da calamidade que na Europa se está produzindo.

Aprova, pois, a proposta do governo.—(Apoiados repetidos).

—Não ha mais oradores inscritos— diz o sr. Presidente.

E a proposta de lei é aprovada por unanimidade; por entre um rumor de aplauso das galerias.

—E' comovidamente— diz o sr. Presidente do ministerio, com voz um pouco velada— que, em nome do governo, aceito o mandato que acaba de nos ser confiado Para o seu desempenho, o governo procurará estar sempre em estreita comunhão com o Parlamento e com a Patria! Viva a Republica!

Este grito encontra eco em toda a parte. De pé, nas galerias, homens e senhoras aclamam Portugal, a Republica, a Inglaterra e a França. O entusiasmo é delirante. Das galerias agitam-se lenços, aplaude-se, ao passo que da sala se lhes responde com os chapéus e com igual clamor de vivas.

Quase toda a Camara vai cumprimentar o chefe do governo e os ministros da guerra, marinha e negocios estrangeiros.

O sr. Presidente suspende os trabalhos, na previsão de qualquer emenda que o Senado venha a introduzir na proposta governamental, mas, apoz a sessão daquela casa do Parlamento, como isso se não tenha dado, a sessão é reaberta para imediatamente ser encerrada.

Entre as sessões da Camara dos Deputados e do Senado, o chefe do gover-

no conferenciou com o sr. dr. Forbes Bessa, secretario geral da presidencia da Republica.

Declaração de voto

Depois da votação da proposta do governo, o sr. Antonio José d'Almeida mandou para a mesa, em nome do Partido evolucionista, uma declaração de voto identica á que o sr. Feio Terenas leu no Senado.

No Senado

Abriu a sessão ás 14,35, presidindo o sr. Braamcamp Freire, secretariado pelos srs. Bernardino Roque e Ramos Pereira e respondendo á chamada 38 srs. senadores, entre os quais o sr. dr. Magalhães Lima.

Aprovada a acta e lido o expediente, foi interrompida a sessão, até comparecer o governo.

Eram 14,50.

Reaberta ás 16,30, foi pelo sr. presidente do ministerio feita a mesma declaração já presente á camara dos deputados, sendo considerado urgente o projecto de lei na mesma camara votado e seguindo-se as declarações dos «leaders» democratico e unionista, sr. Estevão de Vasconcellos e Miranda do Valle. em perfeita harmonia com as dos respectivos chefes, naquella outra camara.

O sr. Feio Terenas, «leader» evolucionista, leu a seguinte declaração:

«Os senadores evolucionistas declaram que, embora se tenham manifestado em opposição ao ministerio, por dever patriótico e dedicação á Republica acceitam e votam a proposta de lei apresentada pelo governo, tendo em vista a gravidade da situação internacional, que de um momento para o outro pode exigir medidas energicas e prontas e por concordar com a orientação do poder executivo, que nesta conjuntura decisivamente se integrará na unica politica consentanea com a honra e com os interesses do Paiz, que é a politica de cooperação intima e lial com a nossa velha aliada, a Inglaterra. Outrosim declaram que esta sua determinação se manterá enquanto o governo não exorbitar das atribuições que lhe são conferidas na lei que solicitou e enquanto consequentemente a sua acção patriótica possa continuar a merecer o auxilio que ante as circunstancias excepcionais do momento levado pelos altos e nobres intuitos que o anima sempre o partido evolucionista tem prestado.—Feio Terenas, Leão Azedo, Fernandes Costa, Abilio Barreto, Paes Gomes, Cerqueira Coimbra.»

O sr. Pedro Martins, em seu nome e no dos senadores independentes, que desse honroso encargo o incumbiram, dá o seu inteiro apoio e voto ao projecto de lei. E' gravissimo o que n'ele se pede, porque é a dictadura plena e absoluta, mas de maior gravidade são as circunstancias pavorosas do momento.

Jamais na historia do mundo souu hora tão tragica, e tão gigantesca catastrophe ameaçou a humanidade e a civilização, com inevitavel repercussão no nosso paiz.

Entretanto, não hesita em dizer bem alto ao Parlamento e ao Paiz que, se não ouvira ao governo a afirmação de que Portugal se manteria sempre, escrupulosamente fiel á aliança inglesa, recusaria, ainda que só, o seu voto ao projecto e propugnaría a demissão immediata do governo. E' que a infidelidade á aliança com a grande e nobre Inglaterra ou qualquer attitude dubia e indecisa na hora presente, seria a traição aos interesses e futuro da Republica e da Patria.

Comnosco esteve a Inglaterra em horas para nós incertas e angustiosas, com o nosso se confundiu o seu sangue em tempos idos por a defesa do nosso solo e da nossa independencia; a mesma angustia nos tem unido e o mesmo sol de victoria ha iluminado as duas bandeiras e a mesma identidade de affectos e de interesses tem prendido o nosso pequeno paiz e o grande paiz de Alem-Mancha, mas hoje a todo este clamor da tradição, se junta, continuando-o e até o sobrelevando, o supremo interesse e a grande aspiração da Patria. Ao seu destino devemos associar o nosso, a hora presente é de sacrificio, mas este é a unica e nobre garantia da nossa independencia e integridade de amanhã.

Quando mesmo a neutralidade fosse possivel e a pudéssemos garantir, não a defenderia. Com a Inglaterra, que n'esta hora é a intrepida e nobre defensora do direito e da civilização, deve ir Portugal, na medida da colaboração possivel, e de que ela careça, para o prelio gigantesco, de que é teatro a velha Europa.

Para esta obra e para honra e defeza da Patria voto o projecto de lei. Aguardo que o governo, ao qual ha combatido, mas ante o qual, n'esta hora gravissima e solene para a Patria, cabe toda a palavra d'oposição, saiba encerrar com serena coragem a situação e nunca esqueça que os poderes excepcionais que lhe são dados são para honra e defeza da Patria, e não para desvalimentos autoritarios, perseguições odiosas ou orgias de arbitrio e de violencia.

Partidos politicos e associações commerciaes, industriaes e operarias vibram no mesmo anseio patriótico e sentem e clamam que a politica é uma só. Em gravissimas e imperduraveis responsabilidades incurrerá o governo se, mantendo-se, não souber, ou não quiser, ser o orgão da grande aspiração nacional e não fizer uso nobre, elevado e altamente patriótico dos poderes que lhe são dados.

Nas suas mãos, a seu pedido, são collocados os destinos da Republica e da Patria.

D'ele será, sobretudo, a gloria, se a honra, a diguidade e os interesses nacionais forem salvaguardados; d'ele a ignominia e o oprobrio se nas suas mãos o poder, dentro do paiz, se converter em instrumento do despotismo ou vasallo do capricho e ambições de quem quer que seja, e, na politica externa, Portugal não desempenhar o papel, que as circunstancias, os seus mais vitais interesses e o seu futuro lhe impõem, mais estreitamente do que nunca aliado da velha, grande e nobre Inglaterra.

O sr. José de Castro disse:

Sr. Presidente:

Mais uma vez declaro que não represento aqui partido algum. Falo em meu nome e no dos meus eleitores.

Sr. Presidente: Agora mesmo acabo de re-

ber do «Bureau da Conferencia da Paz de Stokholmo» um telegrama noticiando-me que «a situação presente tornou a conferencia impossivel depois da declaração do presidente do conselho e decide que a conferencia seja adiada, pedindo que queira avisar os membros do grupo inter-parlamentar portuguez.»

Com dois fins dou conhecimento ao Senado d'este telegrama: o primeiro, para que os illustres deputados e senadores que do telegrama tenham noticia, saibam oficialmente a razão do adiamento; o segundo, para eu ter occasião de dizer a v. ex.^a ao Senado e ao paiz que eu, tendo tomado parte nos congressos ou conferencias da paz e fazendo uma proposta como ha dias aqui fiz para que se enviasse ao «Bureau International de la Paix» de Berne uma mensagem fazendo votos para que a guerra, então iminente, fosse conjurada, não sou, em coisa alguma, contrario á guerra em defesa do meu paiz, da nossa Patria. Em defesa da Patria quero se façam todos os sacrificios.

Eu sigo, neste ponto, o pensamento de um escritor francez—que diz:—«que antes a guerra que a escravidão». E a escravidão virá se não soubermos defender a liberdade.

Fique, pois, assente que eu, representante de povo, sendo pacifista em principio, sou pela guerra na hipotese de o nosso paiz se ver envolvido nessa luta tremenda, ha dias iniciada, contra todos os principios do Direito Internacional.

Sr. presidente—Sinto ainda as vibrações vivas, entusiasticas, que ha momentos me emocionaram, na outra casa do Parlamento; e se é permitido sentir alegria neste momento tão extraordinario, em que a Europa estremece com os horrores da guerra, eu experimento prazer por ver que os chefes dos partidos da Republica se uniram, tão fraternalmente, em volta do altar da Patria, que não chego a distinguir por que eles se distinguem! Soberbo!

Congratulo-me com esses partidos e com a Patria! E' uma bela lição de civismo que os partidos acabam de dar ao paiz.

Sr. presidente:—Permita-me v. ex.^a que eu diga que ignorava por completo qual era o pensamento do governo. Receiava embora sem fundamento que o governo quizesse seguir uma politica externa, envolta nos misterios da diplomacia tenebrosa e estava

resolvido a inquirir a razão dessa política, e a protestar contra ela; vi, porém, com enorme satisfação que o governo em frente duma situação grave, mas clara seguiu também um caminho claro.

Colocou-se ao lado da nossa aliada de séculos e uniu aos destinos dessa nobre nação os nossos destinos. Só tenho que saudar o governo. E declaro que não só voto o projecto na generalidade e especialidade mas ponho-me á disposição do governo absolutamente.

O projecto apresentado ao senado pôde em certo modo dividir-se em duas partes: uma respeito á honra e integridade da Pátria a outra á garantia devida as classes pobres.

Sr. presidente:—Acompanho assim os che-

fes dos partidos que se manifestaram nesta casa e na camara dos deputados, dizendo ao sr. presidente de ministros e ao governo que confio absolutamente na sua dedicação, no seu patriotismo e ajuda na sua energia.

Nesse projecto de lei que em breve vai ser lei, está a defeza dos nossos mais caros interesses, a nossa honra; a vida da Republica e a nossa independência nacional.

Sr. Presidente—Não quero terminar sem dizer que nós, seguindo a nossa velha aliada defendemos o Direito e a Justiça e mais colocamo-nos ao lado da França, nossa mãe espiritual e fonte de todas as idéas de Liberdade e Fraternidade que iluminam a nossa legislação e da Europa liberal.

Termino levantando vivas á Justiça, ao Direito, á Inglaterra, á França, á Pátria e á Republica Portuguesa!

Disse.

Em seguida foi aprovado o projecto de lei, cuja ultima redacção foi dispensada por indicação do sr. presidente.

Finalmente o sr. presidente do ministerio congratulou-se pela harmonia evidenciada em todos os campos; e, como na outra camara, ergueu um «viva á Republica», correspondido entusiasticamente na sala e nas galerias, terminando a sessão ás 17,5.

A' sessão da Camara dos Deputados assistiram 114 membros da mesma camara, e á do Senado 56 senadores.

Elles responderam á primeira pergunta da 79, e destes 38, entrando os outros no decorrer dos trabalhos.

A' saída do Parlamento Manifestações populares

Quando terminou a sessão no Parlamento, o largo das Côrtes estava coadunado de povo, ostentando algumas pessoas as bandeiras portuguesa, inglesa e francesa.

Os primeiros politicos a sair do parlamento foram os srs. dr. Antonio José de Almeida, Vasconcellos e Sá e Julio Martins, a quem o povo delirantemente aclamou com vivas e palmas.

Após estes, saiu o presidente da Camara, sr. Victor Hugo de Azevedo Coutinho que igualmente foi alvo de grande ovação.

Sai finalmente o presidente do ministerio. O publico então, reconhecendo o sr. dr. Bernardino Machado que ia a entrar para o automovel cerca o carro, e ergue-lhe repetidos e entusiasticos vivas que se prolongaram por bastante tempo, sendo com dificuldade que o automovel se poz em marcha.

Seguidamente saíram os srs. ministros da guerra, dos negocios estrangeiros, da marinha e das colonias, que também foram muito vitorizados.

O sr. dr. Affonso Costa sai acompanhado dos srs. drs. Antonio Macieira e Barbosa de Magalhães, e apoz estes os srs. dr. Brito Camacho, acompanhado dos srs. Emidio Mendes, José Montez e Moura Pinto. Foram todos aclamadissimos.

Depois organizou-se um grandioso cortejo, seguindo á frente desfraldadas as bandeiras das nações amigas e aliadas, cantando a multidão a «Marselheza» e «A Portuguesa».

O cortejo seguiu pela Avenida das Côrtes, calçada do Marquez de Abrantes, em direcção á legação de França.

Junto da legação o povo cantou a «Marselheza», levantou vivas á França, á Pátria, á Republica, á Inglaterra e á Russia.

Nesta altura chegou á janela o encarrêgado dos negocios da França, que

foi alvo de uma grande e prolongada manifestação, com vivas, e palmas, que redobram de entusiasmo quando aquele diplomata abraçou as bandeiras inglesa, francesa e portuguesa.

Em seguida o secretario levantou um viva a Portugal que foi correspondido por todos os assistentes.

Dali seguiram para a legação inglesa, cantando a «Portuguesa», e levantando vivas ao exercito e á marinha.

Junto da legação inglesa o povo canta o hino inglês e levantou entusiasticos vivas á Inglaterra.

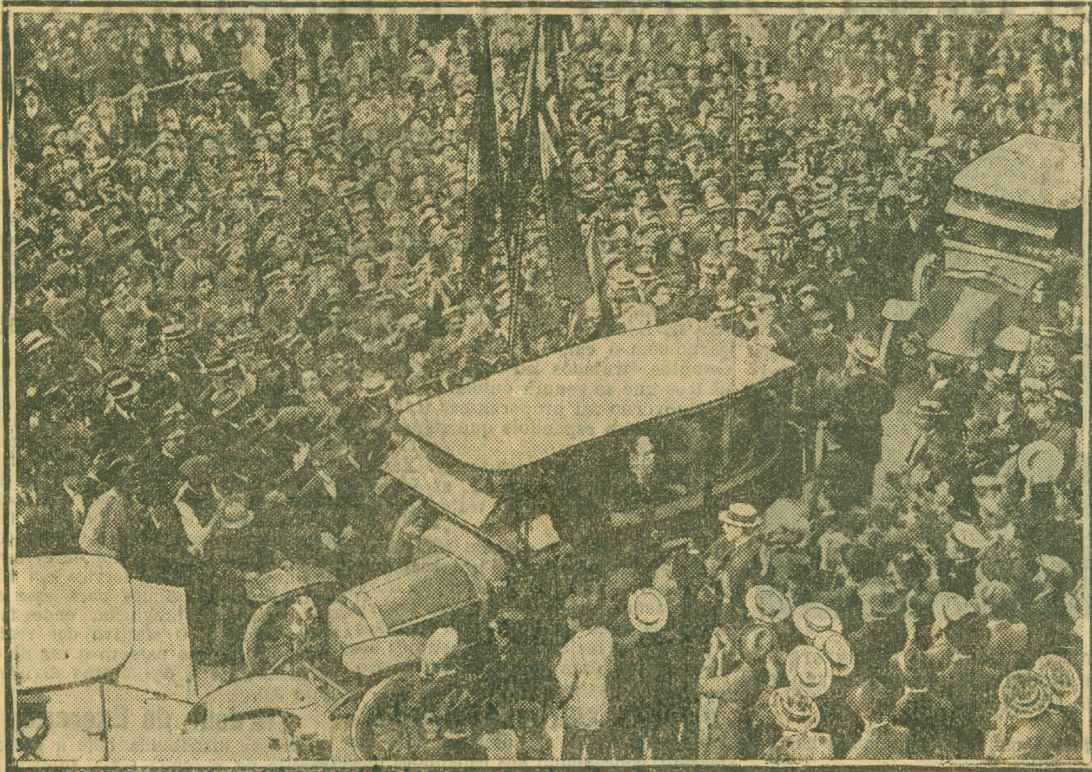
Depois appareceu o secretario do ministro acompanhado do sr. Marinha de Campos, que foi alvo de uma grande ovação.

O sr. Marinha de Campos agradeceu em nome do secretario, dizendo que o sr. ministro não vinha agradecer ao povo a grandiosa manifestação, por estar a conferenciar com o sr. ministro dos estrangeiros.

O secretario abraçou as bandeiras agitando a nossa o que produziu grande entusiasmo.

O povo cantou novamente o hino inglês retirando-se depois:

Pelas 19 horas, também foi feita uma grande manifestação em frente do quartel de marinheiros.



O automovel que conduzia o sr. dr. Bernardino Machado cercado pelo povo que aclamava o chefe do governo ao findarem as sessões do Congresso

As galerias da Camara dos Deputados secundaram o "Viva a Republica" do Presidente do Governo, com grande enthusiasmo. Os deputados, todos aquelles com quem troquei impressões, estavam convencidos de que em face desta sessão do Congresso, a Alemanha nos ia de clarar a guerra.

Como soube que no Arsenal do Exercito e no Estado-Maior do Exercito nada se estava fazendo que não fosse o trivial, fui com que Sa' Cardoso procurasse ali mesmo Affonso Costa e o presente ao corrente deste facto, pois eu necessarios collocar-nos o melhor possivel para a hypothese de nos serem perdidas por a Inglaterra. O Affonso falou ao Ministro da Guerra, e das suas palavras desprenderam alguns que se esperava firmar, dentro de poucos dias, um tratado de alliance com a France.

As chegar á Baixa, vi com espanto, alguns officiaes do Arsenal, passeando em busca de novidades, e perguntando a um d'elles, o capitão major Melchiorades que ordens extraordinarias havia no Arsenal, respondeu-me que nenhuma, e que este estabelecimento continuava a abri e a fechar ás horas do costume!

Houve á tarde e á noite varias manifestações junto das legações ingleza e franceza.

9 de Agosto

Determinações militares

Por ordem do governador civil de Lisboa foram hontem afixados dois editaes, dimanados do ministerio da guerra. No primeiro avisam-se as autoridades e os interessados, que fica suspensa até nova ordem a apresentação dos militares e praças licenciadas das classes de 1922 e 1923, pertencentes ao regimento de sapadores mineiros, batalhão de telegrafistas de campanha, batalhão de pontoneiros, antiga companhia de telegrafia sem fios e 1.º grupo de companhias de saúde e também os officiaes milicianos e praças licenciadas das classes de 1922, 1923 e 1927 do 1.º grupo de companhias da administração militar e companhia de sapadores dos caminhos de ferro.

No segundo edital diz-se que, havendo conveniencia de convocar mais cedo os licenciados dos dois batalhões de artilharia da costa e da companhia de especialistas, unidades estas que fazem parte da guarnição do campo entrenchado de Lisboa, as datas da apresentação das tres classes de licenciados d'aqueles dois batalhões e companhia foram assim alteradas: Classe de 1924 (recrutas de 1914) data da apresentação 15 de agosto; classe de 1923 (recrutas de 1913), 30 de agosto; classe de 1922 (recrutas de 1912) 14 de setembro.

Esta é nova. Estas não são aplicados editaes do governador civil (!) mandando ficar sem effecto ~~disposições~~ as escolas de repetição!

10 de Agosto

Hontem appareceu no placard do beculo uma recommendação do Governo deitando aque fora nes manifestações populares. "O Governo, entendendo que as manifestações feitas já haviam definido suficientemente o sentimento da nação, es- perava que ellas não continuassem, por serem desnecessarias, demonstrando o povo deite modo, a sua inteira confiança no accao do Governo da Republica." O Arsenal continua sem obras relativas á preparação para a guerra.

Eu e o Sr. Cardoso fomos á redacção do "Mundo" e ali conversámos com Luis Dinout, primeiro, e depois com Urbano Rodrigues. Fize-mos-lhe ver quanto estava sendo notado que depois da declaração ministerial de 7, nada se estivesse fazendo no sentido de honrar os nossos compromissos. Tinha-mos ido ao jornal com a ideia de saber novidades, e sabiamos de lá peor do que tinha-mos entendido.

A ALIANÇA INGLEZA

Não podia ter sido maior nem mais significativa a demonstração dada pelo povo portuguez da sua simpatia pela nação ingleza e da sua completa adesão á aliança entre os dois paizes. O ministro da Inglaterra em Lisboa deve ter tido bem a impressão de quanto a nação que representa é considerada e respeitada por nós e como ha alguma coisa mais a cimentar os tratados feitos entre os governos portuguez e britânico do que o simples compromisso das entidades officaes.

Durante muitos anos, e tendo começado essa politica logo após 1890, a monarchia procurou insinuar junto dos successivos gabinetes de Londres que era ella quem mantinha, contra a vontade do povo portuguez, a aliança com a Inglaterra. Segundo os ministros monarchicos que desde então dirigiram a nossa politica internacional, á Inglaterra era indispensavel, se queria manter a aliança connosco, a permanencia e segurança do trono. E tão instantaneamente isto era proclamado, que se chegou até ás ignobis propostas de intervenção estrangeira para a manutenção da realza em Portugal, quando algum dia a revolução a ameaçasse.

No emtanto, a verdade não era essa. O povo portuguez, e em parte por influencia mesmo da propaganda de certos republicanos, soube compreender os factos e as razões de ordem politica que justificavam a nossa aproximação dos inglezes. E desde a proclamação da Republica, quando mais identificado se via com as instituições e poude acompanhar de perto todas as fases da nossa vida politica, o povo portuguez reparou nas continuas provas de lealdade que por parte da Inglaterra nos foram dadas.

Tanto bastou para que a aliança ingleza fosse reconhecida não já só pelos governos mas por todo o paiz. A actual guerra europea não foi mais do que o pretexto, que toda a nação aproveitou, para testemunhar, com uma unanimidade extraordinaria, a sua sincera adesão a essa aliança, que não é já hoje apenas a de duas familias reinantes, mas de dois paizes que se estimam.

* * *

É esta, afinal, a verdadeira aliança, aquella que pode tornar-se verdadeiramente util. Quando assim não é, bem podem os governos fazer tratados secretos, comprometer a sua palavra para futuros auxilios em caso de rompimento de hostilidades com outras nações, que tudo isso não passa d'uma bela fantasia para o tempo de paz.

Assim succedeu, estamol-o vendo, com a Italia na Triplice Aliança. Os tratados que ligaram a Italia tinham sido obra apenas das chancelarias e nunca representaram a genuina expressão da opinião publica italiana.

Ora, como se dá o facto de serem os governos que estão subordinados aos povos e não os povos aos governos, de as resoluções das supremas autoridades d'uma nação só serem de facto acatadas quando ellas concordem com o espirito geral d'essa nação, succede que todos os tratados que não tenham o apoio dos povos a que dizem respeito estão condenados a permanecerem letras mortas nos arquivos dos respectivos ministerios dos negocios estrangeiros.

E assim a Italia, n'uma quasi unanimidade esmagadora, repudia os compromissos tomados pelos seus governos, como não representando a vontade da nação e tendo sido tomados sem o seu expresso consentimento. Se um governo italiano n'este momento tivesse a louca pretensão de invocar esses tratados de aliança para auxiliar a Alemanha e a Austria provocaria nada menos de que a revolução em toda a Italia.

Este exemplo demonstra bem claramente como a todas as alianças é pre-

ciso, acima de tudo, um forte apoio da opinião publica. E é exatamente isso o que a aliança ingleza tem incontestavelmente garantido em todo o nosso paiz.

* * *

As ultimas manifestações populares que se realizaram tiveram pois essa eloquente significação. Foram bem a demonstração de como o povo portuguez de alma e coração se acha identificado com a politica internacional da Inglaterra e de quanto aprecia e admira essa grande e gloriosa nação.

Mas, exatamente para que essa imponente afirmação de confraternização com a Inglaterra e de apoio á politica que n'este momento está realizando conserve bem essa significação e se não perca no meio de repetidas agitações populares, é que seria util que não fosse abafada por novas manifes-

tações, que depois d'aquella não fazem já sentido. Ha um governo a quem foram amplamente confiados os destinos do paiz e que n'este momento se encontra, como o paiz, identificado no mesmo sentimento. Que esse governo proceda segundo o seu criterio e segundo os interesses da Republica. Mas que de modo nenhum ele seja perturbado na sua obra por qualquer manifestação das ruas, que pode n'um dado

momento tornar-se não só inutil mas inconveniente.

É preciso, acima de tudo, que n'este momento uma das nossas virtudes seja a de sabermos manter uma grande serenidade e esperarmos os acontecimentos com aquella convicção de que, quando eles surgirem, por mais graves que sejam, os sabermos encarar sem receio, como o temos feito em tantos lances heroicos de que reza a historia.

O NOSSO DEVER

A orientação tomada pelo governo da Republica, em face da situação internacional foi a mais inteligente, a mais digna, a que mais agradou ao sentimento publico, e, sem duvida, a que mais convinha aos interesses do país, mas caracteriza-se principalmente por esta nota: foi a que nos impunha o nosso dever. Não é indifferente para um povo seguir por caminho direito, cheio de toda a sua força moral, ou marchar por encruzilhadas, ocupando posições por meio de ardis, de surpresas desleais ou acasos felizes. A Republica Portuguesa impôs-se desde a primeira hora pelo prestígio moral de que se cercou, pela pureza das ideias que a inspiraram e pela honestidade dos processos por que se dirigiu. A Inglaterra, liberal e generosa, que já fizera justiça aos intuitos do Partido Republicano, recebendo os seus representantes e seguindo com interesse a sua campanha patriotica, estendeu a mão á joven Republica nascida em 5 de outubro de 1910, mostrando ás outras nações como respeitava o principio de que os povos se devem dirigir pela sua vontade. A aliança entre os dois países, sem necessida-

de de novos tratados, ficou assim cimentada na amizade e no respeito mutuo dos dois povos. Durante os annos de Republica, já decorridos, a

simpatia da Inglaterra acompanhou-nos e amparou-nos em todos os transees, mais ou menos dificeis, da nossa vida externa, com maior satisfação e menor esforço á medida que, pela nossa honrada administração, nos iam impondo cada vez mais ao respeito da Europa. Estando ao seu lado neste momento com o nosso coração e com todas as nossas energias, estamos, pois, onde devemos estar, cumprindo o nosso dever.

* * *

Mas, se acompanhamos a Inglaterra e desejamos tomar uma parte activa nos combates que ella tenha de sustentar, não somos, por isso, obrigados, como supõem muitos insensatos ou ignorantes, a hostilizar nações com as quais temos tido relações amigaveis. A nossa attitude é perfeitamente clara e a nossa intervenção no conflicto, se houvermos de tê-la, será facilmente explicavel. Entraremos na luta nas mesmas condições em que a Inglaterra o fez: para cumprir os deveres de lealdade e de apoio aos seus amigos. Não temos agravos de qualquer natureza

da Austria ou da Alemanha, como a propria Inglaterra os não tem. Temos recebido sempre destes países provas de deferencia e temos correspondido com outras tantas.

Foi com verdadeira satisfação que atendemos aos desejos delicadamente manifestados pelo imperador da Austria no sentido de João de Almeida ser dos primeiros presos politicos que aproveitassem da clemencia da Republica. Com a Alemanha as nossas relações diplomaticas estreitaram-se bastante, principalmente depois da vinda para Lisboa do actual ministro, o dr. F. Rosen, homem dotado de um espirito muito culto e de um caracter primoroso, que tem seguido com evidente interesse a nossa obra de renovação e de progresso. Não. Os deveres da nossa aliança, que lealmente desejamos cumprir, não nos obrigam, de modo algum, a transformar em inimizades, excellentes relações de cortezia. Mesmo que as contingencias de dias futuros nos levassem a interrompê-las, ou esfriá-las, deviamos ainda ter esperança de que, quando a tranquillidade viesse pairar de novo sobre a Europa, ellas retomassem o seu belo curso.

* * *

O que é necessario, neste momento, é não haver precipitações nem exageros. O governo, que aceitou patrioticamente o encargo de dirigir os destinos da Patria, está identificado com o sentimento publico e procederá, certamente, de modo que dos terão de lhe dar o seu ar'

(Segue)

6

Hoje apparecem no "Seculo" ^{em artigos} "A alliança nigrera" e no "Mundo" outro "O nosso dever" que parecem bem as res-
postas ás considerações que montem fa-
ziamos na redacção deste ultimo jornal.

Não se percebe. Deus é bom, mas
o diabo tambem não é mau. O minist-
rio allemão continua em Lisboa, o minist-
rio portuguez continua em Berlim. No
Tejo estão muitos navios allemães, com
as tripulações reduidas por terem desem-
bercado os tripulantes que eram presos
do ex.º allemão. A Legação franceza con-
voce pelos jornaes os reservistas francezes das
classes 1887 e 1910. ^{Um} A esquadra nigrera
cruza nos mares de Portugal.

14 de Agosto

Hontem, a Capital trouxe uma entrevis-
ta do Sr. Cardoso que vai no verso desta folha.
Este jornal diz em artigos de fundo que a
situação de Portugal está definida, que esse
situação é tão clara, tão categorica que só de
ouvir pronunciar indevidamente a palavra
neutralidade, a opinião publica se sobre-
salte e se indigna. Que Portugal está na
uma situação de neutralidade, mas de
franco e declarado após a Hyphatone.
Que o governo não emprega a palavra neu-
tralidade nos seus actos officiaes. etc.

Diz-se que as instrucções dadas á
marinha, ás colonias e ás Camps en-
tinchados são de neutralidade !!

A Capital é orgão do Governo. Que
trabalhada!

Deixemos-lhe toda a liberdade para regular, como lhe parecer mais conveniente, a nossa orientação. Muitos actos, que á primeira vista podem não se explicar ou parecer estranhos, teem a sua justificação. O que não é possível é todos estarem na posse dos mais pequenos detalhes da nossa politica diplomatica. O patriotismo, referendo em todos os corações, causa impacencias e sobresaltos. E' preciso acalmar essas impacencias e esses sobresaltos dando ao sentimento patriótico a expressão de uma serenidade admiravel, semelhante á que se observa na Espanha. O governo vigia pelos interesses da Patria e saberá acautelá-los. Quando forem necessarios o esforço e o sacrificio de todos, o apêlo será feito. Por enquanto, calma, sangue-frio, que é assim que se manifestam os fortes!

Se fosse necessario Portugal mobilisaria 40:000 homens promptos a entrar em campanha

E' bem possivel que á força de se dizer que a nossa preparação militar pouco ou nada valia, haja quem julgue que Portugal se encontra na impossibilidade de mobilisar forças numerosas, de maneira a poderem entrar immediatamente em campanha. E' um equívoco, como tantos outros em que por ahí se vive e que não será de todo mau destazer. Tem, para isso, a palavra o deputado sr. Sá Cardoso, que pela sua situação especial e pelo profundo conhecimento que possui das coisas militares, está em condições de poder repôr as coisas no seu verdadeiro pé, sem exaggeros optimistas, improprios da sua honestidade, nem pessimismos que não se compadeceriam com as afirmações de patriotismo que elle, por tantas vezes, e em occasiões difficeis, tem feito. Ouçamol-o:

—Primeiro — principia o sr. Sá Cardoso—deixe-me dar-lhe uma explicação e ao publico. Tenho sido dos mais ferrenhos apostolos da reorganisação da defesa nacional. Na minha campanha, por mais d'uma vez affirmei que não tinhamos coisa nenhuma, que estavamos desprovidos quasi de tudo quanto um paiz precisa para se defender. Outros disseram tanto ou mais do que eu. E essas afirmações estavam no animo de todos, feriram a attenção dos patriotas, chegando a formar-se uma corrente formidavel em favor da immediata reorganisação do exercito e da marinha, para que este Paiz não continuasse á mercê do primeiro que se

lembrasse de o atacar. Como se entende, então, que eu vá agora dizer que temos muito, que ha por cá o necessario para que se mobilise um exercito decidido a combater?

«E' facil. E' que quando por ahí se affirmava que não tinhamos armas, nem equipamentos, nem artilharia, o que se queria era acentuar que não havia possibilidade de pôr em pé de guerra os 180.000 ou 200.000 ho-

mens que constituem, n'este momento, o nosso exercito ativo. Mais nada. Mas para duas divisões, pelo menos, ha e de sobra. Podemos, sem contestação, mobilisar em poucos dias um corpo de exercito de 35.000 a 40.000 homens, com 25.000 de infantaria e 12 baterias de artilharia com 72 peças Schneider-Canet, eguaes ás que o exercito francez usa e estão por lá obrando prodigios. Dir-se-ha, porém, que se tivéssemos de enviar essa tropa para fóra do paiz ficaríamos desarmados e desprovidos de tudo. Não é bem assim; mas que fosse, pode-se lá admittir que outra nação nos atacasse, sabendo-nos a combater ao lado de outras potencias? Pois não seria isso fazer guerra, não a nós mas aos paizes com quem andassemos de parceria, batalhando por essa Europa além? Creio que ninguem medianamente ajuzado podera conceder visos de viabilidade a uma hypothese ou a um temor d'essa natureza.

«Devo dizer, com toda a responsabilidade do meu nome que sou todo partidario de uma acção prompta e decisiva. As duas divisões, com 40.000 homens, devidamente armados, equipados e municados—porque para tudo isso ha, deixe-me repetilo—que entrassem na lucta actual, conquistariam, para a Republica Portuguesa, o prestigio internacional de que se torna necessario cercal-a. Mostrariam que os portuguezes de hoje ainda são eguaes em coragem, em heroismo, em espirito de dedicação e de sacrificio aos portuguezes de outr'ora, que tantas façanhas immortaes praticaram por toda a parte. Devo acentuar que não influe em mim de modo algum o espirito militarista. Simplesmente viso os altos interesses da Nação n'este momento historico, talvez unico, e esses interesses gritam-nos bem alto a imperiosa necessidade de valorisarmos de uma forma inequivoca a nossa alliança com a Inglaterra, uma intensa união do espirito e do proprio sangue.

«Depois, na hora final, quando se tratasse da paz, elles seriam ainda o supremo argumento a impôr os nossos direitos e obrigar os outros a fazerem-nos justiça. Porque a Alemanha, apesar de vencida, pode ficar em circumstancias de fazer exigencias, e se algum golpe ella planear contra nós, como havemos de resistir-lhe, o que poderá a Inglaterra, nossa allia-da, fazer em nosso favor?

«E', pois, necessario, indispensavel mesmo, que o Paiz fique sabendo que não está de todo desprovido pelo que respeita á sua defeza militar. Para que no concerto das nações, n'esta hora grave, entre como um valor

apreciavel, possue Portugal ainda bastante. Isto é que deve dizer-se bem alto, sem receio de contradicta, como se deve repetir a cada passo que luctar e viver e que a lucta é precisa aos povos, como a cada um de nós o alimento que ingerimos».

E' isto o que o sr. Sá Cardoso pensa e diz da nossa preparação para a guerra. As suas palavras, n'este momento, teem uma importancia que é inutil encarecer. E como n'ellas ha o bastante para animar aquelles que um desalento injustificado invadira, eis porque este jornal as archiva com o mais justificado jubilo.

PÚBLICA
MENTAR

7

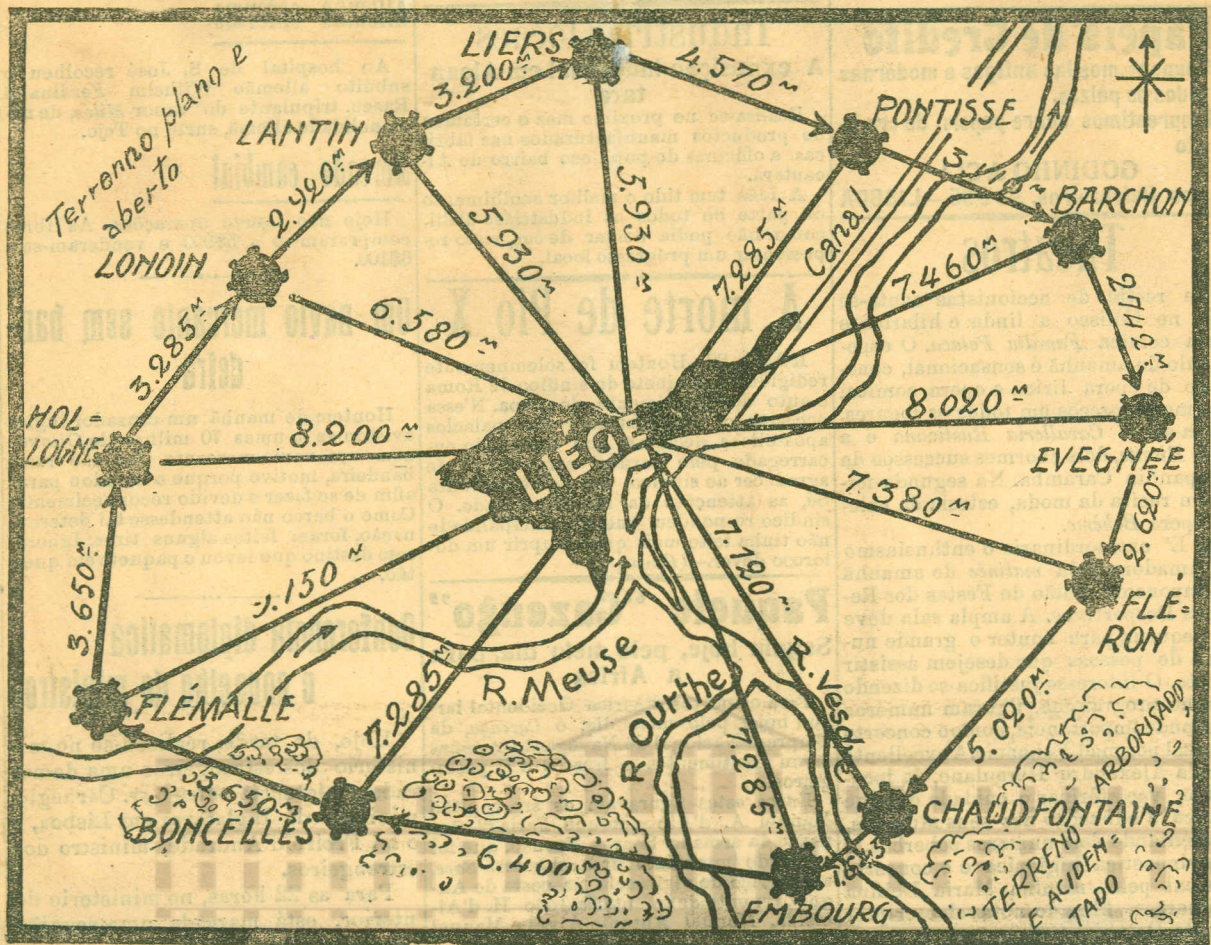
Esta entrevista do Sr. Cardoso na Capital não agradou, e com razão. Eu ao lê-la, não gostei também, mas... começava já a chamar-se covarde a quem posse objecções na ida para a guerra. Alguns amigos meus, dos melhores assim o entendiam.

O que é certo é que a attitude do Governo é devida. Entendo que realmente, a nossa situação militar não é tal que seja de bom senso desejar in para a guerra, mas o que devemos e preparar - nos o mais possível e o melhor possível para que no momento da ruptura nos pedir o nosso auxilio em tropas, não possamos dar - lhe mais do que podiamos em 7 de Agosto. É isso que não se vê em costa, havendo portanto uma conflita em tradiceão entre o que se dize no Parlamento em 7 de Agosto, (pelo meus entre o que entendem) e o que se está fazendo. É isto o que não me causo de dizer, para ver se alguma al ma bem fornada o far chegar ao Olympo.

17 de Agosto

Chamam-me "do partido da guerra", a mim e aos que estão admirados com a attitude do governo

Liège e os fortes que a cercam



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

27 de Agosto

Neebi, como commandante do Grupo a cavallo, ordem da Brigada de Cavalharia para preparar a mobilização de um grupo de 2 batallhões e uma reserva de munições. Este ordem é a consequência das ordens que em 19 deste mes saíam do Ministerio da Guerra por o Ltado-Main do Ex^o, ordens que foram redigidas por um official do gabinete do Ministro, o capitão do B.M. Carlos M. Pereira dos Santos, official sério, correcto e distincto que ficou parte do meu gabinete quando fui Ministro.

O Chefe do Ltado-Main do Exército, general Martins de Carvalho era avesso á nossa preparação para a guerra actual. Conta que no Lt. Main, as suas conversações eram todas emtraias á nossa intervenção e favoráveis ainda que incapotadamente as allianças. O mes no Lt. Main os nos ~~id~~, com effecto, muito sympathicos á Republica. Predominava ali o conservador fereudo. Quando se referem á minha pessoa, chamam-me o "Sen. Pratts". O Ministro actual diz que, por varios modos tem dito ao General Martins de Carvalho o que é necessario fazer, e que, portanto nada ha que ordenar vagativamente. A certo era, porem, que nada se fazia ali, tendo por objecto a guerra actual. O chefe

do Gabriel do Ministro tambem penha em duvida ate ha poucos dias, a nossa ida para a guerra. Finalmente em 19 deste mês lá foram peo Lt.º Main, ordens escritas terminantes, que motivaram as ordens que nesta data se receberam nas unidades. Trata-se de preparar o que já devia estar preparado: alojamentos, material diversos etc.

Quanto ao material de guerra



11 de Setembro

Lá marcharam para Angola e Moçambique respectivamente duas expedições, uma comandada pelo tenente-coronel Nogueira (chefe de B. M. capitão Maia Magalhães) e outra pelo tenente-coronel Macaens de Amorim (chefe do B. M. Sout'ama Calisto. Vija-se decreto de 18 de Agosto, nas Ordens do Lt.º 1.º serie, n.º 19 pag 1209. A primeira (Angola) é sustentada pela 2.º bat.º do Reg.º de Montanha, pelo 3.º esquadrão de Cav.º 9, pelo 3.º bat.º de inf. 14 e pela 2.º bat.º do 1.º grupo de metralhadoras. A segunda (Moçambique) é sustentada pela 4.º bat.º do Reg.º de Montanha, pelo 4.º esquadrão de

Cor. 10, pelo 5.º bat. de inf. 15. A missão seguiu o decurso citado e quarameer al quos pontos das fronteiras sul da pro- vincia de Angola e norte da provincia de Moçambique. O povo de Lisboa a-
 companhou as colunas desde a Rotunda onde formaram. Alguns criticos censu-
 raram esta attitude do povo, porque não dei-
 xava as peças marcharem como em para-
 des (no Pelourinho a mistura do povo com a
 tropa foi completa).

A bordo do Adamastor, o Presidente da Republica a companhou as despedidas até Pa-
 es de Acores. A bordo, Brito Carneiro con-
 versou muito com o general Chef do Lit.
 Main.

Aqui ha dias, o ministro Pereira de Be-
 sabendo que eu estava no gabinete do Di-
 rector geral Pereira Dias, onde eu fôra pro-
 testar contra um ordem asuntiva que tinha
 recebido directamente do secretario de Guerra
 a cerca da maneira de executar o mappa de
 frez do Grupo e cavalo, mandou-me di-
 zer que passasse pelo gabinete delle, an-
 tes de me ir embora. O portador deste
 recado fôra o chefe do Gabinete, t. emmel
 Pacheco Soares. Quando entrei, o minist-
 ro parecia de um lado pro outro. Le-
 vou-me pro o cofe do canto e ali, rem-
 mendando-me muito segredo, mas mu-
 to e muittissimus segredo, por ser um as-
 unto que andava tratado por vias diplo-
 maticas, perguntou-me se eu tinha divida
 em ir como chefe de uma missão assis- ^{quia} istir
 ou acompanhar as operações de guerra

11

em alliados em France. Respondi que não tinha
dúvida alguma, que só por motivo de saúde
deixaria de ir, e que estava á sua ordem. Tor-
nou a recomendar-me segredo, insistindo mi-
to de uma maneira extraordinária, que com
franqueza não conseguia, por não ter attingido o
perigo que havia em transpirar que eu fizesse
convidado para esta reunião. Terminada a con-
versação, declarou que tinha de ir por casa do
presidente do Ministerio, e que me de caminho me
deixava em casa. Foi de uma tal amabilidade e
gentileza que me fez passar pela mente a sus-
peita de qualquer coisa.

15 setembro

Continue toda a gente a perguntar se nada
mais se fez quanto a preparações para to-
mar parte na Guerra. Hoje o Seculo publi-
ca o artigo que segue.

Os soldados portuguezes

Desde o principio da guerra européa que uma forte corrente de opinião se manifestou a favor da nossa intervenção militar ao lado da nossa aliada Inglaterra. Isto assente e aceito pelo governo e aprovado pelo aplauso unanime dos parlamentares, pareceria que o principal cuidado de todos os que tem responsabilidades ligadas ás nossas coisas publicas fosse o de preparar todos os nossos soldados por fórma a estarem aptos para cumprirem a missão de que de um momento para o outro poderiam ser incumbidos.

Parecia natural que assim fosse; mas não temos visto que coisa alguma se tenha feito no sentido de adestrar todos os nossos soldados com uma boa preparação, de modo a não se enfileirarem ao lado dos inglezes como simples aspirantes a militares.

A verdade é que se se fizessem as escolas de repetição d'este ano, como normalmente se deveriam ter feito, e para as quaes ha verba no orçamento, nós poderíamos ter hoje em armas e sem o reparo de ninguém uns sessenta mil homens. Se em qualquer epoca as escolas de repetição são consideradas uma necessidade e a guerra é apenas uma possibilidade, qual a razão por que passam a ser absolutamente inúteis quando exatamente mais necessária se torna a preparação para a guerra?

Tudo isto se poderia ter feito sem mobilisar e chamando apenas os licenciados. Houve um receio demasiado e inexplicavel em com isto se dar a im-

pressão de que se estava mobilizando. Porquê? Ter-se-ha acaso a estulta pretensão de imaginar que isso poderia ser tomado pela Hespanha como uma intenção nossa de a invadir? Então não bastariam para isso as terminantes declarações nossas de que o nosso proposito seria apenas colocar-nos ao lado da Inglaterra? E não estaríamos nós, acima de tudo, no nosso indeclinavel direito de fazermos exatamente o que temos feito n'outros anos, sem que ninguém se tivesse lembrado de supôr que, porque chamavamos soldados licenciados ás fileiras, mobilisavamos?

A verdade é que, com estas preocupações pueris, vamos deixando passar um tempo precioso e, se se chegar a um momento grave, os nossos soldados estarão nas mesmas circumstancias em que se encontravam no principio da guerra, isto é, sem uma conveniente preparação militar. E' isto que não pode de maneira nenhuma admittir-se.

Bem sabemos que não se podem fazer milagres e que um exercito se não transforma de um dia para o outro. No tempo da monarchia o exercito era coisa que não existia e algum trabalho n'esse sentido se deve já á Republica, que se tem sinceramente preocupado com o problema da nossa defeza nacional.

Comtudo, o exercito sofreu com a detestavel administração monarchica e ainda com o sistema do favoritismo, em que os caciques firmavam toda a sua força eleitoral, pela sua extrema habilidade em livrar os mancebos do serviço militar. Não havia soldados, nem havia material. Ninguém com isso se importava. Quando se faziam manobras e pomposas paradas militares, improvisavam-se á pressa as divisões. Vinham soldados de todos os regimentos. Juntava-se o pouco material que havia disperso por toda a par-

te. N'esses dias dava-se ao paiz a illusão de que tinhamos um exercito.

Feita a Republica e procurando-se remediar este estado de coisas, pensou-se em fazer uma reorganisação do exercito e em procurar soluçào ao problema sob o ponto de vista financeiro. Realizado o equilibrio orçamental, procurava-se atacar, de frente, a questão da defeza da nação. N'isto reventou a guerra.

E' n'estas circumstancias que temos de encarar os factos. Não devemos enfraquecer-nos com uma permanente attitude expectante, de braços cruzados, em vez de nos prepararmos decididamente para a guerra, em que podemos, d'um momento para o outro, ser chamados a intervir.

Quanto á organisação militar, alguma coisa ha que precisa de modificações, e talvez que, n'este momento, qualquer coisa se pudesse fazer, que, em grande parte, contribuisse para a melhorar. Não queremos agora discutir se a organisação do exercito é boa ou má. Pretendemos apenas chamar a attenção para a fórma como o pensamento que presidiu a essa organisação foi realisação na pratica.

A verdade é que, como toda a gente comprehende, uma das grandes vantagens d'essa organisação consistia em impôr o mesmo tributo de sangue a toda a gente, ricos e pobres, sem distincção de situação social ou de classes. Encurtava-se o periodo do serviço, e isso pode, talvez, sob o ponto de vista militar, ser prejudicial. Mas tinha uma importante compensação, e era a de por esta obrigatoriedade, tornada geral, se levantar o nivel moral do exercito. O aldeão, o trabalhador das fabricas, o pobre, habituado a ser eternamente sacrificado, veria, d'ahi em diante, ao seu lado o homem rico e bem colocado, servindo nas fileiras, cumprindo o seu dever de cidadão.

Desapareceria o cacique, morreria para sempre a «empenhoca», e um regimen de egualdade se estabeleceria, que não pouco haveria de contribuir para que os soldados mais facilmente se sujeitassem e cumprissem a dura obrigação das armas.

Pois a verdade é que essa grande vantagem não se conseguiu! Ha concehos onde os caciques desapareceram para serem apenas substituidos por outros. Quem tem empenhos fica, como n'outro tempo, isento do serviço militar! Para o exercito vão apenas os desprotegidos!

Temos recebido numerosas reclamações sobre este assunto e d'alguns casos temos pleno conhecimento. Tal não se pode consentir. Temos a convicção de que, na verdade, homens validos foram isentos do serviço militar por empenhos, o que é imoralissimo e destroe inteiramente o espirito fundamental da reforma do exercito.

Se o sr. ministro da guerra entende ser conveniente pôr isto no são e cortar os rãos ao caciquismo — antigo e moderno — deve mandar syndicar do que foi este ano o serviço do apuramento de recrutas em muitos concehos. Se em alguns quizer ordenar a reinspeção dos isentos, ha de obter a immediata confirmação de que predomina hoje, como nos tempos da monarchia, o regimen do compadrio. E tal regimen, em assunto d'esta especie, é uma verdadeira traição aos principios basilares da Democracia



Este mapa indica as posições dos exercitos em luta após a primeira fase das batalhas do Marne que tiveram começo no dia 6. Por ele o leitor do Seculo pode facilmente verificar qual tem sido a marcha dos exercitos alemães e até mesmo qual foi o seu maior avanço, pois que se vêem no mapa indicadas as povoações por onde passava a linha em que as tropas alemãs começaram a ser atacada. Essa linha começava a nordeste de Paris, em Nanteuil, estendia-se por Meaux, Coulommiers, Sezanne e Vitry, d'aqui para nordeste até Verdun, descendo depois para sudoeste até ao sul de Nancy

Porque não se fizeram as escolas de repetição?
Quem seriam o cavalheiros cheios de humori-
das que tiveram a habilidade de convencer o
Bernardino Machado e o Bica de que as escolas
de repetição não eram convenientes neste mo-
mento?

18 de Setembro

Grande escandalos hoje o aut. do século. É
um courtois por o ministerio se pôr na rua
meu o Bernardino. Na rua dizia-se que
tinha sido este quem mandava escrever o artigo.
Lil-o.

O ATUAL MINISTERIO

Partiram ha dias já as tropas expedi-
cionarias para a Africa, onde serão
naturalmente necessarias para a defe-
za das nossas colonias e onde, se por-
ventura tivermos de intervir na guerra
atual, terão talvez de realizar algumas
operações em colaboração com os nos-
sos aliados. Desembaraçado o governo
d'esta primeira preocupação, natural
seria que todas as suas atenções se
voltassem para a organização dos fortes
nucleos militares que são indispensa-
veis para estarmos aptos a tomarmos
parte no conflito europeu, em har-
monia com a aspiração geral do paiz e
a vontade unanime do Congresso. To-
da a gente esperava que, organizada a
expedição, o maior cuidado do minist-
terio consistisse em traduzir em fac-
tos, em demonstrações bem concretas
e inludiveis essa aspiração nacional.
A verdade, porém, e amarguradamente
o dizemos, é que o governo não tem
sabido corresponder á confiança que
n'ele depositaram todos os partidos
políticos, quando o investiram de dis-
crecionarios poderes, que só uma situa-
ção grave de preparação para a guerra
justificavam.

Lamentavelmente, quando os factos
pediam decisão e energia, nós temos
assistido a uma serie de incontestaveis
manifestações da attitude dubia que
o governo está mantendo na actual
situação. Aquella unidade com que ele
se apresentou na historica sessão do
Congresso em que se aplaudiu a Ingla-
terra e se glorificou a França parece
ter-se quebrado e haver agora dentro
do proprio ministerio ministros que
não estão inteiramente de accordo com
aquilo que de todos eles o paiz tem o
direito de esperar.

O facto é, ninguem o pode occultar,
demasiadamente grave. A situação
actual não permite hoje que á frente
dos destinos de qualquer nação, seja
ela qual fôr e por mais arredada que
ande do conflito europeu, estejam ho-
mens dubios, hesitantes, que possam
d'um momento para o outro compro-
meter a politica que essa mesma na-
ção entender ser a dos seus proprios
interesses. Muito menos ainda isso se
pode tolerar n'uma nação de institui-
ções democraticas, em que a opinião
publica é que se impõe aos governos e
não os governos á opinião.

* * *

Desde que no parlamento se definiu,
com a unanimidade de todos os parla-
mentares, qual a verdadeira attitude

que convinha ao paiz, e que era a de
apoio á Inglaterra na luta que, com ela,
com a França, a Russia e a Belgica, a
Alemanha tinha travado, nós ficámos
na situação de não podermos ser por
ninguém considerados neutraes. Factos
posteriores vieram confirmar isso mes-
mo, como, por exemplo, o do agradeci-
mento do gabinete de Londres por esta
nossa attitude. No entanto, parece não
o terem querido compreender alguns
ministros, com a sua preocupação de
neutralidade até ao dia de pegarmos
em armas. E d'esta fórma, e este é que
é o grande perigo que é preciso denun-
ciar bem alto ao paiz, o governo está
comprometendo imprevidentemente o
proprio successo das tropas portugue-
zas que tenhamos de enviar para a
guerra.

Se nós afirmámos, d'uma maneira tão
clara e perentoria, que estavamos de-
cididos a correr com a Inglaterra a sua
boa ou má fortuna; se, por outro lado,
toda a gente compreende que, no actual
conflito, a Inglaterra irá até ao ultimo
extremo, ou de ficar aniquilada ou de
aniquillar a sua inimiga, que é tambem,
por isso mesmo, a nossa; qual a razão
por que não tomamos a mais elementar
das medidas que a situação aconselha-
va: a de prepararmos os nossos solda-
dos para a guerra? Toda a gente vê
isto; mas não o quiz vêr o governo.

Assim, aquilo mesmo que em cir-
cunstancias normaes se teria feito—as
escolas de repetição—deixou de fazer-
se; quer dizer, aquilo que é considera-
do como indispensavel para a instrução
militar dos soldados foi-lhes suprimido
exactamente quando a iminen-
cia de irem para a guerra mais neces-
sario o tornava. Nem ao menos se fez
a concentração dos soldados e alguns
exercícios parciaes nos diversos regi-
mentos. Uma tal attitude ou significa
imprevidencia em face da possibilida-
de de tomarmos parte na guerra, ou
significa, por parte de quem a toma, a
predisposição de arredar, por todos os
expedientes, a hipotese da nossa inter-
venção no conflito.

Na nossa politica externa tem-se man-
ifestado essa mesma falta de decisão,
ou, porventura até em certo ponto,
uma pronunciada duplicidade, que nos
vexa nos nossos brios de nação independ-
ente. Assim, ha alguns representantes
nossos que, por vezes, se encontram
em difficuldades para definirem, perante
os governos junto de quem estão
acreditados, a situação de Portugal e
de responderem a notas diplomaticas.
Ha mesmo entre eles quem precise de
vir ao paiz receber instruções, pela
exiguidade das informações proposita-
mente laconicas que a esse respeito
aos nossos representantes no estran-

geiro são enviadas. Tal situação, não
pode deixar de concordar-se, só serve
para comprometer o nosso prestigio e
o das proprias instituições.

* * *

No entanto, todó o interesse da na-
ção, como todo o interesse do regimen,
consiste exactamente em nós nos saber-
mos valorisar internacionalmente pelo
concurso que prestarmos aos nossos
aliados e pela affirmação de principios
democraticos que, n'esta guerra, que é
mais feita contra o imperialismo alemão
do que contra a nação alemã, nós
poderemos fazer com o simples facto
d'esse concurso. Isto vê-o claramente
toda a gente e só pode aplaudir uma
attitude dubia e indecisa por parte do
governo quem não fôr republicano.

A verdade é exactamente que alguns
monarquicos, vendo, embora, que aos
interesses da Republica estão ligados
n'este assunto os interesses do paiz,
preferem prejudicar aqueles para não
favorecer estes. Assim, para nós, tem
de tornar-se suspeito todo aquele que
não seguir a politica nacional, que
n'este momento tem de ser de decidi-
do apoio á Inglaterra.

Na França, com a victoria das tropas
aliadas, lucrará não só o paiz como a
propria Republica. Ali, os monarchicos
colocaram-se ao lado do governo e em-
penham-se na victoria da França. No
entanto, tendo-se ali organizado um
ministerio nacional, e tendo n'ele en-
trado desde os socialistas até aos repu-
blicanos da feição mais conservadora,
teve-se o cuidado de não chamar ao
ministerio nenhum monarchico, ou
suspeito de pouca fidelidade á Repu-
blica. E' preciso que nós tomemos o
exemplo da França.

Se dentro do ministerio ha quem
faça a politica que n'este momento só
pode agradar a monarchicos e dos
mais sectarios, dos que põem os inter-
esses da nação abaixo das suas pre-
ocupações politicas, se ha quem sinta
mais afinidades com esses elementos
do que com as aspirações republica-
nas, que saia, ainda que com o desgos-

to do, com essa sua resolução, ter pres-
tado o maior auxilio que poderá talvez
prestar á Republica.

O actual ministerio não foi organiza-
do propositadamente para as graves
circunstancias que surgiram poste-
riormente. Foi creado para resolver
uma crise de momento. Teve de vir
de fóra dos partidos e, por consequen-
cia, ser recrutado entre elementos que
não militavam como combatentes de-
cididos nas fileiras republicanas. Não
parece ser o ministerio naturalmente
indicado para a missão que o paiz jul-
gou que ele saberia desempenhar briosa-
mente.

O sr. dr. Bernardino Machado é para

nós uma garantia de sinceridade republicana, de amôr aos principios democraticos e de fidelidade ás afirmações que por todos os chefes politicos foram feitas na ultima sessão do parlamento. Mas infelizmente nem todos os outros ministros nos oferecem a mesma garantia. Se se quer atalhar esta situação a tempo de salvar o prestigio e a honra nacional comprometidas, fique o sr. dr. Bernardino Machado no poder, mas fique com outros colaboradores. E' isto, temos a certeza de que não erramos, o que n'este momento a opinião publica mais instantemente reclama. E, em tudo quanto temos vindo a dizer, nós não quizemos senão significar que concordamos inteiramente com ela.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

20 de Setembro 1914

Houtem á noite houve uma reunião no Directorio, dos parlamentares democraticos que estao em Lisboa. O Affonso Costa esta na Figueira com a familia. Tratou-se da politica do actual governo perante a guerra europeia, que foi considerada dubia e pouco patriotica. O governo foi accusado de ter procurado deitar por terra nos olhos do publico com as expedições a Angola e a Moçambique. Alexandre Braga acha que se deve provocar da parte da Inglaterra um pedido formal de tropas. Cereia de Albuquerque que e' director geral das Colonias, communicou, entre outras verdades, que as instrucções dadas para as colonias acerca da situação de Portugal perante a guerra actual, eram de neutralidade, pois que outra não era a nossa situação no continente em face do direito internacional.

Falando sobre todas estas questões, revoltou-me contra a theorie da neutralidade que acho absurda depois da declaração do governo no Parlamento na sessão de 7 de Agosto (Vide p. 1) Com effeito, no marinho e no Campo Lutichienado houve indubitavel que appareceram instrucções dos respectivos ministros, mandando neutralidade. No Campo lutichienado, houve reunião de commandantes de sectores, de cidade e chefes de serviços, o com.º do tropas não pôde resistir a perguntar ingenuamente: "Mas não estamos neutros?!" pergunta que parece não ter tido resposta clara. O com.º official era o major João Siqueira, de artilharia. O com.º do Campo Lutichienado foi um dia a bordo da Divisão Naval

O Governo inglês por varias vezes nos recommendou que
nos abstivéssemos de declarar a neutralidade. Vêje
"Doc. apresentados ao Congr. de Rep.^{ta} em 1920"

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

estacionada a Oeste da Torre de Belem — o que dá maiores subsídios e ajuda de custo ao pessoal — para combater com o respectivo comandante uma accção emendada no porto, o que parece não ter ido além de fazer jogar os holofotes deante a noite. No Campo entre estes tres clanes de peças, 1924, 1923 e 1922, mal alojadas, apartadas sem qualquer razão dos seus misteres. É a respeito de preparação material para quando a Inglaterra nos pedir qualquer colaboração — nada que se saiba.

Hoje a nossa participação na guerra europeia disse ^{em} que era um caso que nos devíamos preparar, para honrar os tratados e as nossas obrigações de alliados, mas com que não nos devíamos entusiasmar. Referi-me á falta de material, e á circumstancia ^{mas que provavel} da Inglaterra não querer que intervissemos, antes de ella esgotar os seus recursos e os das suas colónias. Uma divisão portugueza — que seria o máximo que poderíamos fornecer — seria uma gota de agua no Oceano. Insurgiram-se contra mim Alexandre Proxy, ^{e Henrique Cardoso} principalmente, e Sá Cardoso e Helder Ribeiro tambem, embora mais brandamente. Ao acabar a sessão, apenas o deputado Rodrigues Gaspar, official de meu gabinete me deu um expressivo aperto de mão.

Todos foram tambem de opinião que se fizessem eleições quanto antes, mas com grande desgosto soube que hoje devia sair no mundo, como saiu, um artigo contra as eleições. Um artigo junto. Um artigo pro facto ou inspirado pelo Affonso na Figueira.

Sahi desta reunião preocupado com a

DIA DAS ELEIÇÕES

Antes de findar a ultima sessão legislativa o Congresso da Republica ocupou-se de uma importante questão constitucional. Essa questão foi o termo da legislatura, que o partido unionista entendia só se verificar no fim da sessão que principiará em 2 de dezembro do corrente anno, em contradição com o espirito da lei fundamental da Republica. Ficou, porém, interpretada a Constituição de modo a não restarem duvidas a ninguem. A primeira legislatura republicana findou em 30 de junho de 1914 e o governo convocou, conforme lhe cumpria, os collegios eleitorais para a eleição do novo Congresso. Foi essa convocação feita de harmonia com os desejos dos partidos que estavam em minoria no Congresso, marcando-se para muito tarde, para o mais tarde possivel, o dia das eleições, isto é, para 1 de novembro, a um mês da data em que pela Constituição o Parlamento deve abrir. O Partido Republicano Português, que reconheceria a necessidade de renovar as camaras legislativas e sondar os desejos e as indicações do país por meio da consulta ás mesmas, queria a realização das eleições no mais curto prazo. A sua intenção era a mais patriótica, a mais nobre e digna, porque tendo a maioria no Congresso era quem menos podia temer a perda da sua influencia no governo o país. Estalou a guerra e tiveram de reunir ainda extraordinariamente as camaras que se julgava terem terminado os seus trabalhos em junho. A Constituição prevê o caso e o governo pôde assim robustecer-se com o voto de confiança que lhe deram os representantes do país e armar-se com os poderes indispensaveis para fazer face a todas as eventualidades. Mas aproxima-se a data marcada para a reunião dos collegios eleitorais e a situação do país, sofrendo o reflexo da guerra, a necessidade de manter uma perfeita unidade republicana, que a propaganda sem duvida alguma teria de quebrar, por mais que todos timbrassem em fazê-la apenas no campo dos principios, tornam inconveniente, senão impossivel, a realização do acto eleitoral. O governo

já o reconheceu, annunciando que vai ser publicado um decreto anulando aquelle que marcou as eleições para 1 de novembro. Ha, porém, quem não se conforme com esta resolução e queira sustentar que as eleições devem realizar-se através de tudo, para que a Constituição não seja desrespeitada. Os que assim pensam são na verdade animados de excellentes intenções. O novo Congresso, para bem da Republica, para normalização da vida do país, deve constituir-se quanto antes.

Só depois de recolhido o *verdictum* das urnas se poderá constituir um governo que corresponda á vontade da nação e que apoiado na sua força possa realizar uma obra eficaz. Mas isso não quer dizer que, por um motivo serio, como é o que se nos depara, este Congresso não possa exercer as suas funções por mais algum tempo. A Constituição da Republica é bem clara a tal respeito. O seu artigo 26.º diz:

Compete privativamente ao Congresso da Republica:

...N.º 25.—Continuar no exercicio das suas funções legislativas depois de terminada a respectiva legislatura, se por algum motivo as eleições não tiverem sido feitas nos prazos constitucionais.

§ unico.—Esta ampliação de funções prolongar-se-ha até á realização das eleições que devem mandar ao Congresso os seus novos membros.

Para todos os efeitos o Parlamento existe e pode começar os seus trabalhos em 2 de dezembro, ou funcionar ainda antes desse dia, para apreciar os actos do governo, para lhe confirmar os poderes que já lhe conferiu ou para lhos retirar. A guerra está ainda numa fase que não nos permite esperar vê-la entrar num periodo de liquidação dentro de um

mês. Emquanto esse periodo, pelo menos, não chegar, não devemos quebrar a tranquillidade politica em que os partidos se teempatrioticamente conservado, lançando-os numa luta que, embora leal, forçará cada um a empregar os melhores meios para suplantar o adversario. Logo que a situação o permita, as eleições realizar-se-hão. Parece ser esse o desejo do governo, que ficará mais depressa aliviado de grandes responsabilidades, e é essa a vontade expressa da opinião. Até lá, para tudo que seja necessario ao bem da Patria e da Republica, podemos contar com as camaras que terminaram as suas funções ordinarias em 30

de junho. Os homens que as compõem são os que votaram a lei fundamental das instituições democraticas e colaboraram em muitas obras que são motivo de orgulho para todos nós. Emquanto o país não escolher os seus novos mandatários, a Republica estará bem defendida e os interesses nacionais bem acautelados sob a vigilancia carinhosa dos deputados e senadores do primeiro Congresso, que pode ter praticado alguns erros, mas que foi genuinamente republicano e patriótico.

(Do Mundo de
20 set. 1914)

REPÚBLICA
LAMENTAR

orientação que via tomar em os meus conselheiros
no assunto = questão europeia = e o meu chefe político
no assunto eleições. Na minha modesta ma-
reia de ver vamos caminhar por uma situa-
ção embora seja a difícil, quer no campo externo
quer no campo interno.

Hoje ás 9 da manhã fui surpreendido pelo
telefone do Dr. Bernardino Machado que me pediu
para ir a casa delle o mais depressa possível.

Seriam umas onze horas quando me
apresentei em casa do Presidente do Minis-
terio. Havia dias que ^{ele} estava com um liger-
ro ataque de grippe. Recebeu-me com uma
tal ou qual irritabilidade. Tinha na mão uma
cópia de um jornal do Porto em que um
correspondente (Guedes me parece que elle
se assinava) fazia uma feroz e insidiosa to-
ca da cordialidade do Dr. Bernardino Ma-
chado. Nesse artigo, puitava-se o encontro
do Presidente do Governo com um sujei-
to qualquer a quem perguntava pelo D.
Genoveva — por ex: — O homem cuius sen-
prehendis tinha-lhe "Quem quem é a D. Ge-
noveva?" — "Sua esposa!" — "Muito mulher
mas se chama Genoveva, chama-se Amelia",
(por ex: já [mas] me lembos dos nomes) — "Ame-
lia, D. Amelia, é verdade, queria o am.
desculper, mas como são dois nomes cuius-
to paucidos ...!" etc. Uma tosse com-
pleta. Mostrou-me o artigo recitado, e
quando lh'o devolvi, perguntou-me se
não era devesa engracadiçissimos!

Entrando no assunto parece que me che-
maram, perguntou-me se o ministro de guerra
não me dissera já que o governo contava

enviar-me ao estrangeiro com uma missão. A principio hesitei, em face das insistentes recomendações de segredo que o Ministro da Guerra me fizera bastantes dias antes, mas acabei por lhe dizer o que me dissera o general Eça. Disse-me então que este me usas com confiança tudo; que se tratava de uma missão junto do governo inglês e francês, acerca da nossa participação na guerra, e que eu escolhia os 2 officiaes que deviam acompanhar-me.

Por esta occasião, o telefone chamou-o, e assisti a uma conversação com Affonso Costa que falava da Figueira da Foz. O Presidente do Ministerio propunha-lhe a ida delle a Londres para tratar com o governo inglés um auxilio financeiro a Portugal, e dizia-lhe que eu o acompanharia para tratar da parte militar. Enquanto assisti a esta conversação pelo telefone, que foi de madrugada, passei em revista as minhas lembranças dos dias anteriores, e suspeitei ver em tudo isto uma vontade de me afastarem de Portugal por algum tempo. Já Cairns falava dias antes — não sei quantos — com Affonso Costa, mostrava-lhe o inconveniente do general Eça não chamar nem ouvir ninguém sobre a preparação para a guerra, e o Affonso dissera qualquer coisa ao ministro acerca da minha pessoa, ~~o que~~ ou ao Premier — no que por esse ver falou áquelle, e o Eça respondeu seccamente qualquer coisa como isto: que o ministro era elle e que bem sabia o que fazia.

Quando acabou a conversação por

LIÇÕES ESTRANHAS

AS VITÓRIAS DOS SÉRVIOS

Como os países pequenos se prepararam para a guerra

Os sucessos extraordinários alcançados pelos sérvios nas três campanhas em que tão brilhantemente tomaram parte n'estes últimos dois anos, pondo em cheque os turcos, que pela tradição eram considerados como os soldados mais valentes do mundo, a seguir os bulgaros e agora os austriacos, levam-nos a apresentar os aspectos mais importantes da preparação militar de um povo, pequeno na sua população — pois a Servia tem pouco menos de três milhões de habitantes — mas valeroso, aguerrido e animado, sobretudo, da inabalável vontade de vencer os seus adversários que tentem invadir-lhes o território nacional.

No dia 30 de setembro de 1912 foi decretada a mobilização, que se completou com uma rapidez assombrosa. Na própria noite do dia em que foi publicado o decreto convocando a nação às armas foi conhecido o *ukase* em todos os recantos do país, ainda mesmo onde não chegava o telegrafo. Para prevenir a população, os sinos tocaram a rebate, acenderam-se fogueiras nas alturas e foram enviados emissários em todas as direções, que por meio de morteiros advertiam a população de que a soberania nacional estava em perigo. Na madrugada do dia seguinte os reservistas convocados, a cavalo ou a pé, atingiram os locais de concentração.

Todos os homens válidos se apresentaram conduzindo com eles e sem que fosse necessário fazer requisições: cavalos, bois, carros, etc. Cada um entregava o que possuía, até mais do que podia, sem pensar em obter uma indemnização, animado apenas da idéa de contribuir para a vitória.

Não havia manifestações: tudo se fazia serenamente. Em quarenta e oito horas todas as forças militares dos sérvios estavam concentradas. O efetivo previsto excedeu em 100.000 homens e por isso faltaram espingardas de tiro rápido para armar tanta gente. Foi preciso distribuir espingardas velhas às tropas do 3.º bando (2.ª reserva), empregadas nos serviços de guarnição e proteção do país. Um facto sem precedentes nos exercitos europeus: estas tropas do 3.º bando queriam entrar na linha de fogo com as tropas de 1.ª linha.

Em três dias foram incorporados 95 000 dos reservistas e no fim da semana o algarismo das incorporações attingia 98 000 dos inscritos. O tesouro de guerra subiu a 20.000 contos. Vale a pena citar os recursos materiaes que os sérvios apresentaram n'esta ocasião:

Homens do ativo e do 1.º e 2.º bandos de reserva 286.800, cavalos 50.500, bois 31.600, viaturas 18.650, peças de tiro rápido Schneider 248, peças de montanha Schneider 36, peças Bange 20, morteiros de 15 cm. e obuzes de 12 cm. 28, peças de artilharia pesada 12, obuzes de tiro rápido Schneider 40, metralhadoras 250, espingardas de tiro rápido 200.000, espingardas antigas 40.000.

No exercito territorial: homens 56.000, cavalos 185, bois 2.200, viaturas 180, peças de campanha Bange 180, espingardas 360. Tropas de proteção: homens 10.350, cavalos 940, bois 7.650, viaturas 4.000.

O numero de homens para fazer a guerra era de 402.000, isto é, quasi 14 000 da população. As marchas efetuadas regularam por 22 kilometros por dia em más estradas, cobertas de neve e de lama, tendo por vezes ferido 27 combates nos trinta dias!

A instrução no exercito servio

Os sucessos alcançados pelos sérvios foram, sobretudo, notaveis no emprego da artilharia, cujo material Schneider era igual ao que a França empregava atualmente na guerra contra a Alemanha.

Foi em 1905, segundo declarou o coronel Milivoievitch, inspetor geral de artilharia, que os sérvios compraram o material de tiro rápido. No ano seguinte, um comandante de bateria de cada grupo de artilharia e dois officiaes superiores de cada regimento foram fazer um estagio de dois anos nos regimentos de artilharia franceza. Dois anos depois — em 1909 — crearam uma escola de tiro, onde todos os officiaes permaneceram quatro mezes e meio, para o estudo teorico-pratico dos fogos de guerra com o novo material. Quando os primeiros officiaes saíram da escola de tiro fundaram durante o inverno, em cada regimento e segundo a orientação que acabavam de receber, um curso para instruirem os sargentos e soldados; e assim, em 4 anos, todas as tropas de artilharia conheciam a fundo o funcionamento do material de campanha de tiro rápido. Desde o segundo ano da criação da escola de tiro estudou-se simultaneamente os outros generos de artilharia: de sitio, obuzes, morteiros, etc.

Habituarão-se a mascarar as baterias e a cooperar intimamente ligados á infantaria, para o que as duas armas realisavam frequentemente no campo exercicios de fogos de guerra onde se consumiram milhares de granadas e milhões de cartuchos de infantaria, e estes tanto nas espingardas como nas metralhadoras. Para se obter a cooperação das armas recorria-se ao emprego do telefone, telegrafia optica, sem fios e todos os meios de ligação usados em campanha. No decurso dos exercicios dava-se tanto quanto possível aos combates a fisionomia do campo de batalha. E assim conseguiram adquirir tamanho treino na regulação do tiro da artilharia e na realização das distancias para os comandantes de companhia poderem indicar as alças aos soldados que deixaram maravilhados todos os adidos militares estrangeiros e jornalistas que acompanharam o quartel general servio de Koumanovo até Monastir. A disciplina alcançada no tiro foi de tal ordem que não se despendia senão o numero de munições precisas para se alcançar um dado efeito. Mas para se conseguir este resultado entendem os sérvios que o minimo tempo de serviço que se deve exigir a um soldado artilheiro é de dois anos. N'outros países, como a França, Alemanha e a nossa vizinha Hespanha, esse periodo é de tres anos.

Vejamos agora qual foi o consumo de munições durante a campanha. O exercito servio transportou 104 milhões de cartuchos para as espingardas de tiro rápido; 200.000 granadas ordinarias e 40.000 granadas de rebentamento. A cada soldado de infantaria correspondiam 1.000 cartuchos, sendo 150 transportados nas cartucheiras e mochillas e os restantes nos diversos escalões de combate. Ora, desde a rutura das hos-

tilidades até se assinar o armistício a infantaria consumiu apenas 10 milhões e 438.675 cartuchos, ou seja a média de 80 cartuchos por homem. Isto só se consegue com uma disciplina admiravel no fogo. E a mesma disciplina se notou no tiro da artilharia, pois de 1.000 granadas correspondentes a cada peça consumiu-se, em média, 136 por boca de fogo de tiro rápido. O consumo de granadas nas peças de tiro rápido foi, durante o mez e meio da guerra, de 30.479 «shrapnells» e 3.275 granadas de grande capacidade.

Vale a pena aos países pequenos estudarem a fórmula como os sérvios organizaram todos os seus serviços militares para a guerra, sendo para especialisar ainda os serviços administrativos e sanitarios em regiões montanhosas, onde foi preciso vencer as dificuldades mais insuperaveis. Mas tudo eles conseguiram dentro das seguintes normas:

a) Organizando um exercito de campanha dentro da capacidade financeira da nação, isto é, creando o numero de unidades compatíveis com os recursos orçamentaes, de fórmula que com a verba orçamental fosse possível comprar tudo, absolutamente tudo, de que

carecem as unidades a mobilisar.

b) Atendendo também aos recursos orçamentaes, para se crearem os quadros de officiaes e sargentos para as necessidades da mobilização.

c) Decretando uma duração de tempo de serviço militar variavel com as aptidões do cidadão para receber uma instrução militar completa.

d) Dando aos quadros e soldados uma instrução intensiva de tiro, desenvolvendo os fogos de guerra nas condições o mais similares possível do campo de batalha.

e) Banindo por completo a politica do exercito, porque viam bem os resultados perniciosos que ela produzia no exercito dos seus vizinhos e adversarios turcos.

f) Mostrando as vantagens de uma pronta mobilização, por meio de exercicios frequentes, que faziam evidenciar ao cidadão o papel importante que tem na guerra moderna a pronta comparencia dos soldados nas fileiras.

Ora estes factores de ordem material e moral são os mesmos que se encontram na Belgica, Suissa, no Montenegro, na Romania e na Republica Argentina, países pequenos, mas que possuem exercitos admiravelmente organizados. E aos países que não queiram proceder da mesma fórmula é preferível deixarem de gastar inutilmente milhares de contos na defeza nacional.

J. C. S.

*(Aut. do capitão João
Coneia de Santos, professor
do Collegio Militar,
publicado no "Seculo" de
21 setembro 1914)*

*Vejá revista adiante
"Nós e o Servio".*

REPÚBLICA
CAMBODIANA

a Figueria, eu levantei-me pedindo para que a
 nossa conversação continuasse no dia seguinte,
 por ter de ir despedir-me de João Chagas ao
 caminho de ferro — João Chagas viria dias
 antes falar ao governo acerca de qualquer
 cousa sobre a guerra, e regressou hoje a
 Bordens.

Não me mostrei agradecido com a nova
 reunião que não percebi o que seja. O Bernar-
 dino fez-me grandes elogios e reparos,
 mas eu não consegui perceber o que elle
 queria. Amanhã continuaremos.

João Chagas lá' seguiu para France. Aue-
 vel sempre, offereceu-me para me mandar
 catalogos sobre cousas militares.

22 de Setembro

Hoje ao entrar em casa do Presidente do
 Ministerio para continuar a conversa-
 ção interrompida ante-hontem, encontrei
 lá' o Dr. Alexandre Proença e o Dr. Lúcio de
 Vasconcellos, líderes democraticos, respecti-
 vamente da Camera e do Senado. Tratei-me
 da reunião nocturna de 19 no Direc-
 torio. Parece que foi o Affonso quem in-
 terrompeu as duas reuniões. Não deu explica-
 ções ao Bernardino, acerca do que se trata-
 va no Directorio.

Tive que manifestar a reunião discon-
 dancia acerca da reunião ida a Lyfobone,
 antes de vierem officiaes ingleses a Portu-
 gal solicitar o cumprimento dos nossos
 deveres de alliado, e dizer o que queriam
 de nós. O Bernardino disse-me que o
 governo inglés já tinha respondido — não
 quero affirmar, mas tenho no ouvido esta

palavra: respellido — que recebia com
 muito agrado uma missa militar portugue-
 se por tratar da nossa participacão na guerra.
 Eu disse-lhe que se no domingo 20, me tivesse
 dito ou dado a perceber que uma tal resposta
 ou communicacão do governo inglés tinha vindo
 ou estava prestes a chegar, eu teria continua-
 do a conversacão iniciada e não teria pedido
 para a suspender por ir despedir-me do João
 Chagas, nem teria apparecido só agora, nate-
 ce-feira, a tarde. Disse-lhe mais que elle
 ainda me não replicara o que ia fazer eu
 e os officiaes que fossem enviados, nessa tal
 missa a Londres e Berlim, que quem ti-
 nha de assumir inteira e completa respon-
 sabilidade da participacão na guerra, sem
 termos sido atacados, era o Governo, e que
 havia em Portugal um Conselho Superior de
 Defesa Nacional, do qual elle era presidente,
 e que era o Governo e este Conselho quem
 deviam tratar e decidir acerca do modo
 como nós deviamos entrar na guerra. Era,
 e qualquer official que lá fosse, só po-
 diamos tratar dos detalhes de execucao, como
 officiaes do B. M. por o que a minha situ-
 acão de antigo ministro nada importava,
 como elle queria ver.

O Dr. Premaudis, que até então lue-
 tava com difficuldades por sustentar os seus
 actos politicos deante dos parlamentares A-
 leixandre Proux e Lévassier de Vancelles e em
 bater as suas duvidas e reflexões, passou
 a argumentar comigo, ajudado pelos dois
 leaders democreticos, que não perceberam
 nada do que eu disse. A conversação ficou au-

⊕ Effectivamente, a pag. 39 dos "Documentos apresentados ao Congresso da Rep. em 1920" encontra-se uma nota em inglês com a sua tradução, em que o ministro inglês do Ministério dos Estrangeiros F. W. S. A. de L. M. concordava com a proposta do Presidente do Min. (mandaramos 2 officiaes a Londres, conferenciarem)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

da por continuar depois de amanha. Na sua
ajuda continuei a querer replicar a differença
que havia entre a vinda de um official ou de
officiaes ingles e Portugal e a ida a Londres
de officiaes portuguezes, mas não consegui
fazer-me entender pelos dois senhores, Dr. A.
Braz e Dr. P. de Vasconellos.

24 de Setembro

Hoje continuei a conversação. A. Braz
não compareceu. Eu e o Dr. P. de Vasconellos
estivemos duas vezes em casa do Presidente do Go-
verno, uma de tarde e outra á noite. De tar-
de nada se fez, porque pouco depois de eu
entrar, entraram juntos os ministros de In-
glaterra e da França para falar com o Dr. Bern-
ardino. Quando sahiram, este ^{participou} ~~estava~~ preo-
cupado, e ^{das} ~~fez~~ ^{perseguições} ~~que~~ ^{fez} ~~nesta~~ ^{oc-}
~~casão~~ ^{casão}, conclui que os francezes queriam que
nós lhe dessemos ~~peças~~ ^{peças} de art.^a, que ~~que~~
~~nos~~ ~~se~~ ~~falava~~ ~~ou~~ ~~pensava~~ ~~em~~ ~~enviar~~ ~~uma~~
~~divisão~~ ~~e~~ ~~o~~ ~~Bernardino~~ ~~concordava~~ ~~em~~ ~~que~~
~~de~~ ~~esta~~ ~~operação~~ ~~porque~~ ^{reconhecia a difficulda-}
a guerra entre nós e os allemães ^{era} ~~era~~ ^{na-}
~~cional~~ ^{cional}.

Enquanto o Dr. Bernardino esteve con-
versando com o ministro inglés e francez,
estive eu e o Dr. Litesas de Vasconellos em
outra sala conversando. Não consegui fazer
compreender ao leader do Senado porque
não deviam ir officiaes portuguezes a In-
glaterra antes de virem off. ingleses a
Portugal. Tampouco consegui fazer com-
preender que eu não podia ser encar-
regado d'essa missão, que eu considerava
ou de mais ou de meus. De mais se eu
ia com caracter diplomatico, de meus se

⊕ Effectivamente, neste dia, um telegr. enviado pelo M. do Subs. ao M. de Portugal em Londres
tinha que o Gov. Produz, apiaado pelo M. Ingles pedira peças de art.^a



NÓS E OS SERVIÇOS

A sua organização é semelhante á nossa—A diferença está no espírito militar e civico dos dois povos

Um considerado escritor militar deu ao *Seculo* o artigo que, relativamente ao exercito servio, publicámos ha dias, n'este mesmo lugar. Nunca, como hoje, houve tamanha necessidade de se versarem questões como estas, que importam á nossa valorisação como elemento militar, util, em qualquer contingencia, para aliados e amigos, e assegurar-lo tambem a tranquillidade e segurança proprias. E' pois, com prazer que publicamos hoje, ainda sobre a razão das victorias servias e da sua organização militar, em confronto com a nossa, um artigo que outro official, dos que mais se tem dedicado ao progressivo desenvolvimento do exercito portuguez, teve a gentileza de nos oferecer.

Continuam os servios a causar a admiração de todos aqueles que seguem com interesse as operações militares na Boshnia, a ponto de haver entre nós quem queira vêr na lei organica do exercito servio a explicação unifica das suas victorias sobre os austriacos.

Não deixa, por isso, de ser interessante e oportuno comparar a organização militar que a Servia tinha em 1912 com a organização militar que atualmente tem a Republica Portuguesa.

O serviço militar é obrigatorio para todos os servios, desde os dezeseite anos até aos cincoenta de idade, a saber:

Dos 21 aos 31, no primeiro bando do exercito nacional;

Dos 31 aos 38, no segundo bando;

Dos 38 aos 45, no terceiro bando;

Dos 17 aos 20 e dos 45 aos 50, na milicia nacional.

O serviço militar em Portugal é obrigatorio desde os dezeseite até aos quarenta e cinco anos, a saber:

Dos 20 aos 30, no exercito ativo (1.º escalão);

Dos 30 aos 40, no exercito de reserva (2.º escalão);

Dos 17 aos 20 e dos 40 aos 45, na reserva territorial (3.º escalão).

As tropas de campanha da Servia formavam:

1 divisão de cavalaria, de 16 esquadões e 2 baterias;

5 divisões *ativas* (1.º bando), tendo cada uma: 4 regimentos de infantaria, a 4 batalhões; um regimento de cavalaria, de 3 esquadões; 9 baterias;

1 divisão de *reserva*, constituída com as tropas do 1.º bando, não incorporadas nas divisões chamadas *ativas*;

5 divisões do 2.º bando, tendo cada uma: 3 regimentos de infantaria, a 4 batalhões; um regimento de cavalaria e um grupo de 3 baterias de 6 peças Bauge;

5 divisões do 3.º bando, tendo cada uma 4 regimentos de infantaria e um esquadão.

As tropas de campanha da Republica Portuguesa formam:

1 brigada de cavalaria, de 12 esquadões, e 2 baterias;

8 divisões *ativas* (1.º escalão), tendo cada uma: 4 regimentos de infantaria, a 3 batalhões; um regimento de cavalaria, de 3 esquadões; 6 ou 9 baterias;

8 divisões de reserva (2.º escalão), tendo cada uma 4 regimentos de infantaria, a 3 batalhões; um esquadão de cavalaria, um grupo de tres baterias de peças Krupp (quando as baterias *ativas* puderem dispensar este material);

Reserva territorial (3.º escalão) constituída por um numero de regimentos e batalhões ainda não fixado.

Como se vê, numericamente, o exercito portuguez não é superior ao da Servia. Não foi, porém, com as verbas inscritas no orçamento do seu ministerio da guerra que a Servia

comprou o material de que estavam dotadas as unidades do seu exercito em 1912.

Sabe o leitor a quanto montavam os emprestimos feitos pela Servia, desde 1902 a 1911? Segundo o que mr. Dutray escreveu no *Journal*, esses emprestimos montavam a 684 milhões e 600 mil francos, ou sejam 136.000 contos, dos quaes a maior parte—101.500 contos—foram obtidos de 1907 a 1911!

Se compararmos o numero de officiaes com vencimentos, isto é, dos quadros permanentes, que figuravam no orçamento do ministerio da guerra servio para 1912, com o numero de officiaes com vencimento no nosso orçamento, veremos que, para as quatro armas, havia na Servia, n'aquella epoca, sensivelmente o mesmo numero que em Portugal—378 officiaes superiores servios para 398 officiaes superiores portuguezes, 1.652 capitães e subalternos servios para 1.634 capitães e subalternos portuguezes—e que a 287 funcionarios militares servios correspondem 382 officiaes portuguezes dos diversos serviços.

O numero de sargentos com vencimento não era tambem grande no exercito servio—2.038; o de cabos era de 2.311 e o de soldados era de 22.553, mas dois terços d'estes andavam licenciados.

Para completar os efetivos de mobilisação contavam os servios, e continuam contando, com officiaes e sargentos de complemento, isto é, milicianos ou *de reserva*; e o deficit de officiaes que ainda assim ficavam tendo preenchiam-no fazendo desempenhar as funções de officiaes por sargentos. Entre nós não tem havido grande entusiasmo pelos quadros milicianos, pelo que se torna necessario que as estações superiores façam cumprir o disposto no artigo 426.º da organização e que, em harmonia com a letra e com o espirito do artigo 424.º, façam voltar a tomar parte nas escolas de quadros, pelo menos como medida transitoria, todos aqueles militares que, embora não tendo satisfeito, logo a primeira vez, ás provas de aptidão exigidas para a promoção a official ou sargento miliciano, possum, contudo, habilitações literarias ou profissionais que os recomendem para vir a desempenhar, em tempo de guerra, funções mais importantes que as de simples soldado.

O tempo obrigatorio de serviço na fileira é, no exercito servio, de dois anos na cavalaria e 18 mezes nas tropas apeadas, mas *dois terços do contingente não estão na fileira mais que seis mezes*. Depois d'este serviço, os militares são chamados anualmente para um serviço de 25 dias.

Em Portugal, o serviço efetivo na fileira é, de facto, de 18 mezes para a cavalaria, 16 a 17 mezes para os homens das tropas apeadas que sejam sorteados para fazer parte do pessoal permanente e quasi 4 ou 5 mezes para os restantes. Mas, emquanto na Servia é um terço que serve mais tempo na fileira efetivamente, em Portugal esse numero tem regulado por 50 % dos incorporados. Os militares licenciados portuguezes são chamados anualmente para um serviço de quinze dias.

Não ha, pois, tambem n'este ponto, uma grande diferença entre o que de facto sucede na Servia e o que se faz em Portugal. E não devemos esquecer que, emquanto a Republica de 5 de outubro de 1910, reduzindo ao minimo atual a presença dos cidadãos nas fileiras, não fez mais que cumprir o que a Democracia vinha exigindo e se prometera cumprir logo que a Republica fosse uma realidade, por isso que Portugal precisava viver em paz com todas as nações e levantar a sua agricultura e as suas industrias, do estado em que o antigo regimen as deixara.—a Servia não tinha desde a sua fundação outro pensamento, outra necessidade que mais dominasse a sua politica e a opinião publica do que a sua expansão territorial e a posse de uma saída para o mar.

* * *

Com os elementos de que se tem podido dispôr, muito tem conseguido a Republica n'estes tres ultimos anos, principalmente sob o ponto de vista da preparação tecnica e da mobilisação.

A instrução de tiro de guerra não teve ainda, é certo, aquele desenvolvimento que todos lhe desejam, mas ro

motivos ponderosos, mais ou menos conhecidos, o tem impossibilitado. Não obstante, quanto ao tiro de artilharia alguma coisa se está já fazendo que antigamente se não fazia.

As escolas de repetição, que pena foi não se terem realizado este ano, tem dado ás tropas uma qualidade que não tinham outr'ora, a mobilidade, e, ao mesmo tempo que tem vindo preparando os quadros para o comando de efetivos sucessivamente maiores, cada vez mais aproximados dos efetivos que em campanha hão de comandar, tem insinuado no espirito publico disposições que são necessarias para a execução de uma pronta mobilisação.

Todos os officiaes reconhecem que as escolas de quadros, que, regulamentadas em 1913, funcionaram este ano pela primeira vez, eram uma necessidade e que os seus beneficos resultados se hão de acentuar e reconhecer dentro de pouco tempo.

Não era possivel ter feito muito mais em tão pouco tempo. A Republica foi proclamada a 5 de outubro de 1910; a organização militar da Republica Portuguesa foi decretada em meados de 1911, mas só poudo começar a executar-se nos seus pormenores em fins d'esse ano, quando o coronel sr. Silveira foi ministro da guerra, que estabeleceu assim um espirito de sequencia a que não estavamos habituados mas que é preciso que se mantenha.

A primeira reforma a realizar no caminho pratico da defesa nacional era o equilibrio orçamental; antes de realisação essa primeira etapa era impossivel realizar a segunda, que é a

aquisição do material de que necessitamos. A preparação tecnica dos quadros não pode desenvolver-se convenientemente sem a aquisição da parte d'esse material.

O aumento dos quadros de complemento deve ser o objeto de uma providencia imediata que faça cumprir inteiramente a lei no seu espirito e na sua letra, sem perder de vista que a *qualidade* só se obtem sucessivamente e não logo do primeiro facto. E são só estes os quadros que nos faltam. Os comandos estão já assegurados: no 1.º escalão até ao da companhia, esquadão ou bateria, inclusivé; no 2.º escalão até ao de batalhão ou grupo; e para o 3.º escalão não faltam tambem officiaes na situação de reserva ou reformados para enquadrar os regimentos e batalhões. Faltam, sim, officiaes subalternos que completem os quadros das companhias, baterias, ou esquadões do 1.º escalão, e que, depois, pela sua passagem ás tropas de reserva, vão completar os comandos inferiores ao do batalhão ou grupo dos 2.º e 3.º escalões.

Orde ha diferenças entre a organização militar da Servia e a organização militar de Portugal é na sua execução pratica e na sua compreensão por parte de todos.

Na Servia, contava-se em 1912 com cinco regimentos de cavalaria divisoria a 3 esquadões formados com militares licenciados, trazendo o seu cavallo...

Alguns homens da *milicia nacional*, isto é, do ultimo escalão, são obrigados tambem a sustentar cavallo... Os militares do 3.º bando tem as armas (Berdau) em seu poder... Assim o dizem varias publicações, e só assim se explica que a Servia, povo tão pequeno quanto ao numero representativo da sua população, mas tão grande quanto ao seu valor e ao seu esforço, tenha mobilisado para a ultima guerra dos Balkans um exercito de 250.000 homens, todos instruidos, não tendo

Seculo de 27 de Sept 1914

eu ia como official. A circumstancia ius-
cada de eu ter sido ministro só podia contra-
indicar a minha ida como official. Fui in-
como diplomate, não percebia o que ficava
sendo o Ministro em Londres, e neste caso, eu
ia fazer um papel e assumir uma respon-
sabilidade com que não estava de accordo.
Se fossemos para a guerra, dir-me-ia mais
tardi que fôra eu quem compromettera o
exercito portuguez que eu devia saber estar
falho de tudo; se não fossemos, dir-me-ia
que fôra eu quem manobrasse para não ir-
mos. Ora eu não era governo, nem Conselho
de Defeza Nacional.

A' noite, assisti ao jantar do Presiden-
te do Governo. Bem sei que era jantar.
Uma canja, uns ovos, um jantar extravagante
ou, entao, de dente. O Dr. Lhescan de Vas-
concelos explicou de que o partido democra-
tico se queixava em materia de politica
interna, e... não se falou mais em
ida para Londres ou France. Sai de lá
convencido de ~~que~~ que as nossas conversações não
teriam absolutamente mais sequencia.

Fiquei sem saber ao certo o que queriam
de mim, e se eram os ingleses que queriam
a nossa Divisão, ou se era o Premier
que queria que fosse uma Divisão.

27 de Junho

Em 21 do corrente foi publicado no Beu-
lo, em art. do fundo "As victorias dos Ser-
vins". Nesse artigo helico: se a Organi-
zação do Lt.º Responde; portanto, com um
art. "Nós e os Servins" no meu jornal
que não teve caput replica.

mobilizado mais, não porque os não tivessem instruídos, mas porque não tinha mais armamento.

Um exercito moderno não se organiza sem tres coisas fundamentaes: dinheiro, tempo e boa vontade de todos. Por emquanto, só a ultima condição se tem realizado entre nós, mas essa mesma precisa ser cada vez maior, sobretudo para conseguir a realização da primeira condição; o dinheiro. Não foi simplesmente a lei organica do exercito servio que venceu em 1913 e que está vencendo em 1914; foi principalmente o espirito civico-militar da Servia—não entender espirito militarista—que não é senão um aspeto do seu grande patriotismo.

X.

28 Setembro

Relatório que dei na
Sessão de 27 Setembro
ao art. de 21



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

29 Setembro

Entrou hontem o cruzador inglez "Argonaut" que vem cumprimentar a Republica. Pelo artejo do beculo junto se aprecia o que foi, assim como pelas gravuras juntas.

TRIGESIMO O

O SEGUNDO

UM NAVIO DE GUERRA INGLEZ NO TEJO

janelas do seu gabinete. drs. Afonso Costa e Almeida, que a m... vitorioso, aclamam a uniao de todos.

O povo é, n'este melhor politico. da opinião publico, no nos grande obra de nossa politica que correspondena, assim o que d verdadeiramente temos uma man de traduzir essa popular, acompanhando que reproduções do povo.

-Viva a Inglaterra -Viva a Republica

Informações

O governo, segundo uma das primeiras da Republica referimos, para terio do trabalho. O governo está estudando a criação de uma estação de construção de u to da Avenida 18 hotel na Polana. O governo hoje parte para do seu cargo, e rios despedindo-s tros. Foi nomeado celho de Vila Albano Custodio tuição do sr. Pedro rado d'aquela cargo para exercer um nisterio da justiça. Vae ser relativa á admissã nisterio das colon cnicos coloniaes. N muitas deficiencias rão ampladas as sujeitas a dois gru ção pratica e outo mados pela metrop. O governo carregou o sub-el governo civil, sr. car os atos do ad de Setubal.

O almoço na legação

teve apenas um caracter intimo, fazendo-se ao «toast» efus vos brindes á nossa aliada e a suas magestades britannicas. O povo ficou no Terreiro do Paço a expandir o seu entusiasmo e o seu fremente patriotismo. Entretanto, os automoveis conduzindo o almirante e os seus officaes e o consul britanico, livres da multidão, conseguem romper pela rua do Ouro, com quasi todas as janelas engalanadas com bandeiras, em direcção ao Rocio, subindo depois a avenida da Liberdade e passando pela rua Alexandre Herculano, praça do Brazil, Santa Izabel, Estrela, rua dos Navegantes, até á de S. Francisco Borja, onde está instalada a legação ingleza. Na rua vêem-se cordões de policia, sob as ordens dos chefes Silva e Figueiredo e dirigidos pelo capitão Esmeraldo, e uma força de cavalaria da guarda republicana. Os officaes inglezes foram recebidos pelo sr. Carnegie, ministro da Inglaterra, iniciando-se o almoço, pouco depois, com a assistencia de «lady» Carnegie, do consul inglez e dos secretarios da legação, srs. George Young, William Seeds, Oakley e «miss» Lawrence. Ao cabo de uma hora, que tanto durou a refeição, trocaram-se afetosos brindes entre o almirante Robeck e o ministro da Inglaterra, sendo saudadas com entusiasmo e ternura suas magestades britannicas e a marinha da Gran-Bretanha, depois do que os officaes desceram até ao atrio, acompanhados pelo ministro e ministra da Inglaterra, que vestia blusa creme e saia azul, registando os seus nomes no livro dos visitantes e tomando depois lugar em tres automoveis, que imediatamente se dirigiram ao ministerio do interior. No decorrer da refeição foram á legação muitas damas da colonia ingleza, na sua maioria vestidas de branco, a fim de fazerem entrega de panos e roupas para a Cruz Vermelha Ingleza, confeccionados por elas. O povo, que se aglomerava na rua, saudou o almirante e os seus ajudantes, tendo um photographo tirado alguns «films» animato-graficos. Também foram á legação inscrever os seus nomes muitas pessoas e entre ellas os srs. drs. Afonso Costa, Antonio Macielra e Levy Marques da Costa e um representante da firma Manuel Teixeira Guimarães & C., oferecendo, sem retribuição, o fornecimento de todos os mantimentos que o «Argonaut» porventura necessitasse.

Nos ministerios

O almirante cumprimenta o chefe do governo e os ministros dos estrangeiros, guerra e marinha. O povo não tem arredado pé do Terreiro do Paço e espera ansioso o regresso do almirante De Robeck. Em frente do ministerio do interior, a multidão é enorme e compacta—de tal maneira que os electricos deixaram novamente de circular. Na arcada forma uma força de infantaria da guarda republicana e ao lado do portão principal a banda de infantaria 16. Passava ás 15 horas quando appareceu o automovel, conduzindo o almirante, o ministro da Inglaterra e os dois officaes ás ordens. O povo aclamou-os com o mesmo delirante entusiasmo e a banda executou o «God Save the King». O almirante foi recebido á porta da sala da presidencia do ministerio pelo secretario do sr. dr. Bernardino Machado, passando logo ao gabinete do chefe do governo, ao qual foi apresentado pelo ministro inglez, a quem, depois dos cumprimentos do estylo, exprimiu a sua alta satisfação pelo modo como tinha sido recebido.

Bernardino Machado. Quinze minutos depois entrava no palacio uma longa fila de automoveis, que chegou até ao pateo dos Bichos, apeando-se do primeiro o sr. ministro da guerra e os seus ajudantes, do segundo o almirante inglez e o ministro da Inglaterra, do terceiro os dois officaes ás ordens e do ultimo o ministro da marinha com os seus ajudantes.

A força que fazia a guarda de honra fez a continencia militar e a banda executou o hino inglez, que foi ouvido por todas as pessoas de cabeça descoberta, enquanto o almirante e demais officialidade se conservavam em continencia. Na sala das Bicas aguardavam a officialidade ingleza o secretario geral da presidencia, sr. dr. Forbes Bessa e o capitão-tenente sr. Sousa Dias, official ás ordens do sr. presidente da Republica, sendo depois introduzidos na sala Dourada pelo official da presidencia, sr. Luiz Barreto da Cruz, onde já se encontravam o sr. dr. Manuel d'Arriaga e os membros do governo.

A apresentação do contra-almirante Inglez foi feita pelo sr. Carnegie. O sr. De Robeck saudou o sr. dr. Manuel d'Arriaga em nome de suas magestades britannicas e do povo inglez, agradecendo o chefe do Estado em breves palavras e na lingua britannica a visita do «Argonaut» e as saudações enviadas, tendo ao mesmo tempo palavras da maior simpatia para a nossa velha aliada.

Findos os discursos, que foram rapidos, o sr. presidente da Republica, acompanhado do ministro inglez, do almirante, dos membros do governo e demais pessoas presentes, dirigiu-se para o terraço do palacio, e seguidamente foi servido chá, bolos e Champagne, tendo-se o sr. presidente demorado a conversar com o almirante e ministro da Grã-Bretanha.

Eram 16 horas e 40 minutos quando terminou a recepção, saindo então os nossos illustres hospedes, que até á porta do palacio foram acompanhados pelos membros do governo, dr. Forbes Bessa e Luiz Barreto.

A saída de Belem, a guarda de honra voltou a apresentar armas, executando a banda da guarda republicana o hino Inglez. Na praça de D. Fernando, a grande massa de povo que ali se encontrava rompeu em vibrantes manifestações á Inglaterra, ouvindo-se estridentes vivas á mistura com salvas de palmas, que se repetiram á passagem dos membros do governo.

A partida

O almirante Robeck aparece inesperadamente e no caes das Colunas, embarcando por entre vivas e palmas.

O comandante do «Argonaut» chegou ao Terreiro do Paço, de automovel, com os seus ajudantes, pelas 17.30 horas, sendo por isso diminuta a concorrência de povo n'aquelle local, tanto mais que a sua partida para bordo estava annunciada para as 18 horas.

Comtudo, as pessoas que ali se encontravam fizeram uma calorosa manifestação de simpatia ao almirante inglez e seus ajudantes, o qual, por alguns momentos, permaneceu no Caes das Colunas até que chegou uma vedeta e o levou para bordo.

Alguns vapores que se encontravam no Tejo aguardando a sua partida foram em seu seguimento, acompanhando-o até ao cruzador.

Emquanto isto se passava, já tinha o comandante do «Argonaut», capitão de mar e guerra Raymond Nuguet, acompanhado do consul geral, sr. A. Somers Cocks, e do vice-consul, sr. Hawold E. Jones, ido cum-

Coluna ra a ainda tava e barcos nhava zador. O va do Est verno de Liv levand a band do Te sua pue bandeir nas m nações lhardo. O Al Argona rada da da exec sandav tamicos palmas a vara lhas, d e os bo. Outre d'eles e e paira do cru os Inglez respon ções, e hino ir Marsell festejad. Os m nels pe não ce tempo com ções q sol, a o cerin ouvind tados o javam. A boi da que, pe a escac deta q senal. frente salvava a mar bras. A logo a rava p Na to Campos gentos. le, sina bonnet tir par segunt Campos. «O p seu cor terra». De b «Quei tos con E ah por me pôr ter zes par e respo outra s proxim vam pa os mar comend vani. A's 19 a ícar : depois.

Teama O bilhete falso, 3 de inverno, 3 par permanentes

29 Setembro

Entrou hontem o cruzador inglez "Argonaut" que vem cumprimentar a Republica. Pelo artejo do secolo jinto se aprecia o que foi, assim como pelas gravures jintas.

Recebi as hoje, no Quartel, o mappa n/19 de Regulamento de Requisições militares que me faltava para completar os documentos de mobilização. Em 2 de set. comuniquei por a Brigada de Cav. que tinha tud estudado, tud o que estava me remeio mas estudar, mes que me faltava o Mappa n/19 e as indicações para a renovação de commissões de requisições e detacamentos de recpeça a seguir em 5 devolviam-me os documentos porque mas estovam todos os que o Regulamento mandava, quando me par te delles fôra mandada em Janeiro. Sempre papelistas!

29-9-1914

EDEN TEA
(Ciclo teatr)

HOJE

Atenta a curta ser petaculos que esta co pode efetuar, vão te ultimas representaçõe lebre opereta portu

Burro do sr. A

Na proxima quinta 1.ª recita da moda- ca representação da opera comica de AMOR DE MASCARA

A seguir em 2.ª assinatura, reaparece gre opereta GASTA sendo a protagonista do com a illustre ar mira Bastos, representa a insigne atriz Cr Oliveira.

Brevemente a revista AZUL.

OS CINCO SEI



Ver sempre a qualidade nos dos Celibros de A Celebre Casouras.

Ouvir, o que toda gente diz que são os melhores e que é o agasalho mais comodo e mais conveniente.



Cheirar apreciar a qualidade da desde 2

Apalpar os bellos forros dos nossos fatos que ha feitos e se executam em 10 horas.



Gostar no rigor só da Cele das Tesour Clemente, E. Politecni

entusiasticos... adas. O gru... cos, Associa... a classe dos... ustria envia... o comandan... e da camara... guarda repu... do Norte... tidades e cl... ao sr. presi... a Inglaterra... saudando-os... boa d'aquela

Des

bido no mi... ube-se que... sr. dr. Al... cretario da... te n'aquela

vezes tomou... residente do... vo, a qual... governo... Vicente de... o gover... S. Gabriel... canhoneira... Lidador... publicado o... ndigena no

n com o m... Martins de... crito, e com... tado sr. Pe... le interesse

a tem apra... presidentes... Lisboa e... carreiras de... es, Africa e... ção do Gre... boatos re... d'uma egre... embaixada... soluções so

de Carva... convidados... mbra e Bra... que declina

inatura pre... lo o acordo... ncia de Mo... na, para a... aces.

u pediu au... os distintos... os que te... para aque... antauense e... das relações

es, mas sim... o de Vizeu... argo, pedido... ro do inte

RRUCOS

hoje rece... am não se... ificação na... a parte ab-

S

de 1 de ou... d'adit... r... s

1 de Outubro

O Seculo de hoje tra o seguinte:

PORTUGAL NA GUERRA?**Um corpo expedicionario portuguez prepara-se para seguir para o teatro das operações, ao que se afirma**

Parece que nos ultimos dias se tem trocado impressões mais concretas entre os governos de Londres e de Lisboa acerca da guerra europea.

Aproxima-se o momento em que teremos de tomar parte no conflito, ao lado da Inglaterra.

Segundo informações que temos por seguras, foram-nos principalmente pedidas forcas da arma de artilharia, mas parece estar já assente que numerosas baterias serão tambem acompanhadas por tropas de infantaria, constituindo o primeiro corpo expedicionario uma divisão completa. O general comandante será um dos mais illustres chefes do nosso exercito e que foi da arma de artilharia. Todas as baterias serão Canet.

A seguir a essa divisão, na força aproximada de 16-000 homens, serão mobilizadas, ao que se diz, outras, com identico destino, tomando, por fim, o comando do corpo expedicionario um general que tem na actualidade um dos mais altos cargos do exercito.

Além das divisões de terra, será organizada, ao que se diz, uma brigada naval, de dois a tres mil homens.

Devemos esclarecer que estas informações não tem character official, mas que temos razões para as considerar fundamentadas.

O sr. ministro da guerra teve hontem á noite uma demorada conferencia com o sr. presidente do ministrio, parece que sobre este assunto.

E sou informado, com muita reserva, de que e' verdade isto, e de que o general e' o Jayme de Castro!

No Estado-Maior estes se fazem a no. meações do off. de Lit. Maior que devem

ir com a duas divisões.

Que quer isto dizer? A hypothese pedir isto? Mas e' certo já não e' preciso ir a ninguém a Londres? Para que servia a minha ida se isto esteve já tratado? Era e' certo como official que eu ia? Como se cobria esta qualidade com a de antigo ministro da guerra que o Bernardino invocava? E que ia eu a fazer? Que grande embroglio! Que grande comedia!

2 de Outubro

Continuam os jornais a dizer que vão tropas para França. Vide o que diz o Seculo no verso

3 de Outubro

Vide o que diz o Seculo

PORTUGAL PREPARANDO-SE PARA A GUERRA

Finalmente, acabaram-se as hesitações, os receios, a política dubia, que parecia estar sendo a norma do atual ministerio ou ser, pelo menos, a de alguns ministros. Compreendeu-se, enfim, que, depois da historica e memoravel sessão do parlamento, em que o paiz se colocou ao lado da Inglaterra no atual conflito, e depois das manifestações populares que se fizeram no mesmo sentido, seriam perfeitamente inúteis e absurdas todas as tentativas que se fizessem no sentido de contrariar a forte corrente da opinião publica em favor da nossa ação militar junto do exercito anglo-françes.

Conforme noticiámos hontem, prepara-se um primeiro corpo expedicionario de tropas portuguezas para tomar parte na grande guerra. Esta noticia tem sido acolhida com o maior entusiasmo, tanto ella corresponde a uma ardente aspiração nacional.

Se acaso alguém, até a ultima hora, receou que os timoratos, que tem procurado estabelecer corrente a favor da nossa neutralidade, tenham conseguido determinar na opinião publica uma tendencia contra a nossa intervenção na guerra europeá, certamente adquirirá agora a convicção de que foi malograda a campanha feita e que ella não encontrou o mais pequeno eco no espirito popular. Portugal está decididamente, d'alma e coração, ao lado dos povos que se estão batendo pela liberdade e pela civilização e é de balde que alguém pode pretender oppôr-se á corrente geral.

Quando o *Seculo*, impressionado pelas hesitações que pareciam notar-se no atual ministerio, em relação á possibilidade de irmos a tomar parte no conflito, aqui consignou o facto, considerando-o um erro da parte do governo e afirmando a sua não solidariedade com essa attitude dubia, fê-lo na convicção de que cumpria um dever para com a nação e de que assim correspondia ao sentimento de todo o paiz. Não temos compromissos de politica partidaria, nem o proposito de hostilisar qualquer governo da Republica. Em relação a este, o proprio *Seculo* foi o primeiro a apoiá-lo desde o dia em que começaram a fazer-se as necessarias *démarches* para o organizar, sendo, portanto, de todo o ponto insuspeitos os reparos que á politica do atual gabinete temos, uma ou outra vez, feito. Mas, acima de todas as nossas sympathias, estão os supremos interesses da nação.

Apraz-nos, por isso, hoje aplaudir a attitude decisiva do governo, afastando-se definitivamente d'aquella politica de *doublez*, que parecia constituir o ideal de um ou outro colaborador do sr. dr. Bernardino Machado. Vamos entrar, enfim, no verdadeiro caminho a seguir, se queremos defender a nossa situação internacional e valorisá-la n'este momento, em que todas as tibiezas nos podem ser prejudiciaes.

As nações da Triple-Entente assentaram já em não admitir á conferencia da paz senão as potencias beligerantes. A nossa neutralidade traria, pois, como consequencia o tirar-nos

o direito de voto a respeito de um assunto que teria, manifestamente, toda a importancia para nós. O reduzido numero dos que, defendendo uma tal neutralidade, a queriam basear no nosso proprio interesse nacional parecia esquecer que somos uma potencia colonial.

Precisavamos levantar o prestigio do paiz, que os ultimos anos de monarchia tanto contribuíram para rebaixar. Precisavamos garantir o nosso logar ao lado das outras potencias e mostrar ainda o valor de que os portuguezes sabem dar mostras. E com o levantamento do prestigio do paiz, devido, principalmente, á ação politica da Republica, nós teriamos definitivamente firmado, d'uma vez para sempre, a superioridade das nossas instituições sobre o passado regimen.

Só o não virmos os que não queriam vêr. E só o não queriam vêr, por isso mesmo, os que não sentem paixão pela Republica.

Mas, independentemente d'estas razões, ha, sobretudo, a questão moral. O povo portuguez custar-lhe-hia a resignar-se a não lavar, d'uma maneira concreta, o seu protesto contra as infrações do direito internacional que tem sido praticadas pelos alemães, no mais manifesto desrespeito pelos sentimentos de humanidade. O povo portuguez, de espirito eminentemente liberal, suportaria com desgosto vêr-se impossibilitado de contribuir também, na medida das suas forças, por exiguas que fossem, para deter a onda imperialista que pretendia esmagar a Europa, destruindo todas as conquistas que os povos tem feito no sentido da liberdade.

O povo portuguez é de indole pacifica e amavel. Detesta a guerra pela guerra. Mas da guerra actual está dependente o futuro da Europa, a propria tranquillidade dos povos e porventura uma longa era de pacificação e de avanço para novas regalias democraticas. E por isso ele compreende que n'este momento o seu dever é precisamente caminhar para os campos da batalha.

Estamos prestes a satisfazer os nossos compromissos contraídos para com a Inglaterra, como seus aliados. Importa já pouco, n'este momento, discutir se os nossos tratados de aliança nos obrigavam a este sacrificio. Se porventura vamos um pouco além de aquilo a que para com a Inglaterra somos obrigados, isso não pode senão ser-nos util, por termos aproveitado o ensejo de, perante a nação ingleza, termos praticamente demonstrado como sabemos compreender, sem subterfugios, sem habilidades interpretativas, qual o papel d'uma nação para com a aliada n'uma hora de perigo.

De resto, e é este o facto eloquente que Portugal vaé demonstrar: na guerra actual o nosso maior sacrificio não seria tanto o de n'ela tomar parte, como exactamente o de d'ela ficarmos arredados, como um valor desprezível e inaproveitado, justamente quando a grande, a genuina, a unanime opinião nacional está inteiramente ao lado das justas aspirações dos povos, que n'este momento se batem contra a barbarie germanica.

MOBILISAÇÃO MILITAR

Confirma-se a nossa cooperação junto da Inglaterra e da França

A noticia que hontem publicámos sobre a partida de tropas portuguezas para o teatro da guerra causou em Lisboa enorme sensação.

Essa informação, que em absoluto confirmamos, produziu excelente impressão no espirito publico, que de ha muito reclamava porque Portugal entrasse no caminho de uma politica clara e sem tibiezas.

Efektivamente, o governo inglez pediu, de preferencia, que lhe fossem enviadas tropas de artilharia, não querendo isto, porém, significar que, com ellas, não sigam também forças de outras armas que as apoiem e ajudem.

E', contudo, provavel que em primeiro logar parta a artilharia, a que pudermos dispor, cerca de 200 peças e respectivo muniçionamento, do sistema Canet, de 7,5 centímetros.

O comandante d'este primeiro corpo expedicionario será, ao que se afirma, o general sr. Jaime Leitão de Castro, official que no exercito dispõe de verdadeiro prestigio pelas altas qualidades do comando de que tem dado bastas provas.

O general Leitão de Castro nasceu a 16 de fevereiro de 1852, contando, portanto, 62 annos de idade. Assentou praça em julho de 1869 e em 1875 foi promovido a alferes, a tenente em 1877, a capitão em 1883, a major em 1894, a tenente coronel em 1900, a coronel em 1909 e a general já na vigencia da Republica, em junho de 1911.

Aluno distinto do Colegio Militar, como official serviu quasi sempre no regimento de artilharia 4, tendo feito parte da expedição a Mecambique, e foi 2.º comandante da Escola de Guerra. O sr. Jaime Leitão de Castro reane, pois, todas as qualidades para bem desempenhar a alta missão que lhe vaé ser confiada.

Ainda ampliando as nossas informações, a cooperação militar portugueza será tratada, ao que ouvimos, sob o ponto de vista tecnico por dois officiaes que, para esse effeito, irão a Inglaterra, e que se diz serão os srs. Garcia Rosado, do estado maior, e Ivens Ferraz, d'artilharia. Por sua vez a Inglaterra cometerá identico encargo a dois officiaes britannicos, que brevemente deverão chegar ao nosso paiz.

Tambem para se occupar do mesmo assunto, visitou-nos, ultimamente, o official francez, tenente coronel de cavalaria com o curso do estado maior mr. Tillion, e que exerce o cargo de adido militar junto das legações de Lisboa e Madrid, e que, simultaneamente, junto de alguns fabricantes portuguezes tratou do fornecimento de varios utensilios para o exercito francez.

E' natural que aos nossos marinheiros seja também pedida a sua cooperação para fazerem parte do corpo expedicionario a enviar para a França. Chamando-se a primeira e segunda reservas, poder-se-hia constituir uma brigada de 4.000 homens, com um nucleo importante de artilheiros, telegrafistas e outras especialidades, e que nenhuma falta farão ás tripulações dos nossos navios. O sr. Massano de Amorim, quando partiu para a Africa, disse que tomara o compromisso, no caso de ser preciso, de organizar um corpo expedicionario de landins e macúas, de 25.000 homens, que poderiam ser armados com Kropatchek, e que são magnificos soldados.

Os preparativos de mobilização continuam afanosamente. De dia e noite trabalha-se ativamente no Arsenal do Exercito, na Cordoaria e no Deposito Geral de Fardamentos, trabalhando n'este ultimo estabelecimento 1.200 pessoas, das quaes 300 costureiras que exclusivamente se empregam na confecção de fatos. Na Cordoaria estão-se fazendo 90.000 bornaes.

Ao ministro da guerra foi hontem presente um novo plano de fardamentos para o exercito, para operações no inverno, feito do pano que hoje se emprega para os capotes, cinzento, tendo um pequeno bolso interior, para o panso individual.

Ao que consta, também, a primeira divisão a partir para o teatro das operações será a 2.ª.

A comissão de remonta foi encarregada de adquirir grande quantidade de gado mular em numero de 2.500 cabeças e alguns cavalos para o exercito, tendo iniciado hontem os seus trabalhos n'esse sentido nos arredores de Lisboa. A comissão officiou aos grandes negociantes d'aquelas especies, perguntando-lhes de quantas cabeças de gado dispunham para venda e aos administradores de concelho para que lhe indicassem, sabendo, quem possuia gado mular de que possa dispor. No caso de não ser possível adquirir em Portugal o numero de solpedes de que se precisa, o governo tencio-

na recorrer á Argentina para cobrir esse deficit.

O presidente do ministerio esteve hontem na legação de Inglaterra, onde se demorou algum tempo com o representante da nação aliada, dirigindo-se depois á legação da França, onde conferenciou com o respectivo ministro.

PORTUGUEZES NA GUERRA

A nossa primeira divisão a partir levará 48 peças, 4 regimentos de infantaria e um de cavalaria

Os trabalhos de mobilização não afluam em todos os depositos do exercito. Já não oferece duvidas que uma divisão de forças portuguezas seguirá, talvez muito brevemente, a cooperar com os nossos aliados na grande luta pela Liberdade e pela Justiça em que elles andam empenhados.

Varias versões tem corrido sobre o assunto, muitas d'ellas, sem duvida, condimentadas com o costumado exagero. As nossas informações—como é obvio—são collidas fóra das regiões officias, que se conservam de um mutismo absoluto. No entanto, não andarão muito longe da verdade, estamos certos.

A maneira como será organizada a primeira divisão a partir parece que obedecerá a um plano especial, e que não pode deixar de ser sensato e racional. De resto, reconhecido que a nova lei da reorganização do exercito ainda não teve tempo para ser executada em cada uma das suas partes, e, portanto, para se afirmar na sua plena superioridade sobre a antiga, compreende-se facilmente que cada uma das divisões do nosso exercito não possui, por enquanto, elementos bastantes para ser posta em pé de guerra.

A acrescentar a isto, ha tambem a preocupação de não sobrecarregar em especial uma determinada região do país, em beneficio de outras. Por esses motivos, portanto, é provavel que a organização da primeira divisão expedicionaria obedeça a um plano especial. Essa divisão será constituída por quatro grupos de tres baterias de artilharia cada um, tendo cada bateria quatro peças. Os quatro grupos serão comandados por outros tantos maiores, perlazendo ao todo 48 peças, com cerca de 2.000 soldados. Depois d'este, é provavel que siga mais material de artilharia, porque parece ser d'este que as tropas aliadas mais necessitam.

A divisão será completada por quatro regimentos de infantaria, a 3.000 homens cada um, e um regimento de cavalaria, a quatro esquadras, com cerca de 600 cavalos ao todo.

Serão, portanto, estas as nossas forças expedicionarias. Mas só estas? Ao que se diz tambem, ellas serão apenas as primeiras. Porém, voltamos a dizer, as nossas informações, embora em todo o ponto dignas de credito, não tem caracter algum official. Ha a contar, além de tudo, com as tropas auxiliares: engenharia, saude, etc.

Uma divisão de marinha seguirá para a guerra?

Diziamos hontem que se poderia organizar um contingente naval para tomar parte na campanha.

Certamente para demonstrar a impossibilidade de o fazer houve quem se entre-

tivesse a confeccionar esta lista do pessoal existente na armada:

No quartel de marinheiros, 1.104 praças; no Tejo, 1.512; nas ilhas, 246; na Escola de Artilharia, 198; na Escola de Torpedos, 197; marinha colonial, 259; escolas de alunos marinheiros, 130; esquadilha fiscal de costa, 200; no hospital da Marinha, 32; e no estrangeiro, 3. Total do efetivo, incluindo navios, 3.881.

Na reserva existem 300 homens, o que perfaz 4.181 homens.

Não é bem assim.

A reserva é de 800 e não de 300 homens, o que dá 4.681 homens. Mas ainda ha mais gente em lanchões, rebocadores e outras occupações facilmente preenchíveis até por fragateiros.

Ora como para os navios bastam 1.500 homens, vê-se que, com boa vontade, se pode arranjar um destacamento de boa gente por isso mesmo da maior utilidade.

O capitão-tenente, nosso amigo, sr. Leite do Rego, que na imprensa e em conferencias publicas tem, desde o começo da guerra, pugnado pela necessidade de prepararmos forças de mar e terra para auxiliarem os aliados, visto o parlamento ter votado a não neutralidade, ofereceu-se para fazer parte de qualquer contingente naval que tenha de partir.

Consta que alguns officiaes vão alvitrar a criação de cursos praticos de francez e inglez nos corpo do exercito, destinados a propagar o conhecimento não só d'aquellas linguas, como de assuntos militares que convém conhecer de perto, na eventualidade de darmos o nosso concurso aos exercitos dos aliados no campo da batalha. Os cursos serão gratuitos.

Já tem sido adquirido bastante gado para a parte do qual se encontra em artilharia.

A proposito das aquisições de solípedes, foi determinado que na importação temporaria dos que, vindos de Hespanha, se destinam ás feiras de gado a que costumam concorrer as comissões de remonta do exercito, guarda fiscal e guarda republicana, sejam observadas as disposições regulamentares em que se indicam as delegações fiscaes por onde podem entrar; fórma como hão de efetuar-se os respectivos despachos; prazos para a importação; reexportação dos solípedes e inutilização dos selos que n'elles estiverem apostos.

Bernardo Lopes, construtor civil diplomado, rua Tomaz d'Anunciação, 51, oferece ao nosso governo os seus préstimos, a fim de combater ao lado da Inglaterra e da França e põe tambem á disposição do governo um cavallo e uma carroça.

O Club Recreativo Lusitano resolveu suspender o recebimento de quotas aos socios que sejam chamados a combater ao lado da França e da Inglaterra, mantendo-lhes, porém, todas as regalias como antes d'aquella suspensão.

INTERVENÇÃO D'UM PATARATA

Mais cedo do que tencionavamos, temos de voltar a ocupar-nos do caso Freire de Andrade.

Força-nos a isso a petulante arremetida d'um jornal da manhã de hontem, que nos acusa de ter praticado uma *ação condenavel (!)*, que *feriu em cheio* (nada mais, nada menos) *o coração da Republica!*

Ora, em que consistiu o facto horrível que o tal jornal verberou com tão notavel indignação? Em termos referido as declarações feitas pelo ministro dos negocios estrangeiros a uma comissão delegada da Universidade Livre, por motivo da manifestação de protesto contra as selvagerias alemãs em França e na Belgica.

Só isto. E porque se indignou esse notavel patriota, que nunca, pela palavra *nunca*, causou o menor dissabor á Republica, nem até mesmo quando ameaçava de lançar o archote inflamado ao seio das multidões, nem quando promovia os passeios tragicopatuscos de Alcantara a Belem, nem quando dava guarida carinhosa a torpes e miseraveis calunias contra adversarios politicos, embora elles fossem dos mais notaveis e prestigiosos homens da Republica, antigos companheiros seus de luta e de sacrificios?

Porque tem como certo que *as declarações atribuidas a Freire de Andrade não são exatas*.

A razão é de peso e dá bem a medida do que vale essa cabeça d'allho!

E' claro que se nós não estivessemos precisantemente convencidos do contrario não lhes teriamos dado publicidade.

Mas não só, então, não tinhamos razão para duvidar da autenticidade de essas declarações, como não a temos hoje. As declarações que no *Seculo* se atribuíram ao sr. Freire de Andrade foram a reprodução fiel do que a um dos redatores d'este jornal fizeram membros da comissão aludida. E tanto assim que, tendo sido enviada a todos os jornaes—menos ao *Seculo*—uma nota officiosa, tendente a atenuar o efeito d'essas declarações, nota que apesar d'isso publicamos, pelos mesmos membros da comissão fomos autorizados a confirmar a *exatidão da nossa narrativa*. E só n'isso não insistimos, por nol-o haver solicitado alguém que, todavia, nem é ministro, nem tem, que saibamos, filiação alguma partidaria, embora seja um velho republicano e grande patriota.

A nossa attitude modificou-se, portanto, não por nos termos convencido de haver errado, mas por um sentimento de consideração pessoal, e isto só *temporariamente*.

Fique-o sabendo, se o não havia ainda compreendido, o solerte contraditor.

Mas se as declarações eram graves, como reconhecemos, porque as reproduzimos?—objeta.

E' por esta fórma que, entre nós, cer-

Seculo de 3 de Outubro 1914

Seculo de 9 Out. 1914

tos menestres, com aspirações a honras de Estado, comprehendem o interesse publico e a dignidade do poder. Certo ministro permitiu-se fazer afirmações que estão não só em desacordo com o sentimento da maioria do país, mas com os compromissos e interesses da mesma nação, publica e solemnemente expressos. Que deve fazer-se?

Na opinião d'elles, fazer pesar sobre ellas o mais absoluto silencio. Segundo o nosso modo de sentir, o dever patriótico é precisamente o contrario: mostrar a incompatibilidade do estado d'alma desse ministro com o sentimento e a vontade do país. Certamente que o ministro pode pessoalmente agasallar a opinião de que devemos ter, por exemplo, uma attitude de maior simpatia para a Alemanha do que para a França.

O que esse ministro não pode, n'este momento historico, é ser o dirigente das relações exteriores da Republica Portuguesa; porque ha um abismo entre o modo de ver desse ministro e o modo por que a nação encara os seus maiores interesses.

Em que é, pois, que, tomado publico esse conflicto, o *Seculo* atentionou na da mais, nada menos que contra o coração da Republica, como enfaticamente proclama o jornal da manhã?

Por muito que certos politicos se surpreendam, insistimos mais uma vez em declarar-lhes que a queda d'um ministro ou a desvantagem que d'ella resulte para um ou varios Gruppellos politicos não reveste para nós o aspecto d'uma calamidade publica.

E esta é, no fundo, a causa de toda a barulheira.

Portanto, aqui nos tem contumazes no erro e *dispostos a revalidar nelle* todas as vezes que nos pareça que assim convém ao interesse da nação.

Que os pobres diabos que—collados!—não sabendo aconselhar-se a si mesmos passem a vida a contundir a cabeça nas paredes por não virem um palmo adiante do nariz se dispensem da pretensão de nos emphysemarem as luzes do seu confuso entendimento para apreciação do que devemos fazer em bem da Patria e da Republica.

E, outro officio, sr. m?

15 de Outubro 1914

Ha dias que fui cumprimentado o Affonso Costa por ter regressado da Figueira. Fui ao escritório d'elle na R. do Sapateiro, Falámos sobre a ida de tropas para France. Soube por elle que os francezes tinham pedido as nossas peças de 7,5 e que o ministro da guerra lhes dissera que peças só não dava, mas que ellas podva mandar fazendo parte de uma divisão com todos os serviços. O Affonso perguntou-me a minha opinião sobre esta reposta. Achei bem, em conformidade com a nossa definição de attitude de 7 de Agosto.

O Affonso disse-me ainda que o ministro inglês andava a ver se conciliava todos os interesses com a nossa reposta, aceitando a ida de divisões, mas pedindo que as peças das provincias — não as da divisão, mas outras que vão como auxilios em material. Não pude deixar de dizer ao Affonso o que pensava a cerca da inação do ministro que ainda agora ia comprar gado para a actualização de tal divisão. Respliquei ao Affonso

~~Depois~~ as conversações que tinha tido com o Bernardino em Setembro, e disse-lhe redondamente que elle não se devia o que queria que eu fosse fazer.

Depois de sair, começou a formar-se no meu espirito a suspeita de que o governo pretendia simpôr aos ingleses a aceitação de uma divisão. Será verdade? Compreendendo ~~o~~ a reposta do ministro da guerra e concordando com

Propaganda anti-patriótica

Inevavelmente lavra uma certa confusão nos espíritos, e bom será que, para que d'ahi não resulte dano, a situação se esclareça.

Essa confusão provém da falta de uma conveniente homogeneidade no governo e das manobras anti-patrióticas dos reacionários e de certos republicanos postíços, a quem sobressalta o perigo de uma participação provável na luta armada que ensanguenta a Europa.

Ninguém em Portugal ama a guerra pela guerra. Não temos, nem ofensas a vingar, nem apetites de domínio a satisfazer. Vivendo n'uma democracia, não podemos agasalhar outros sentimentos que não sejam de amor pelo progresso, dentro de uma paz honrada.

Portugal, porém, é uma nação de reduzida área territorial e de população minguada, possuindo, contudo, um enorme imperio colonial, que muitas ambições espreitam. Por isso mesmo não pode viver isolado, confiado nas suas próprias forças, entregue aos seus próprios recursos. Não pode manter essa politica de isolamento, que tinha gloriosas tradições e atagava o seu orgulho legítimo, a poderosa Inglaterra. Ora, por um conjunto de circunstancias que, por conhecidas, não ha necessidade de enumerar agora, a politica externa de Portugal tem como ponto de apoio a aliança inglesa. Esta aliança não pode ser um simples enfeite historico, ou uma combinação, dentro da qual só haveriamos de contar benefícios, sem correremos nenhuns riscos, nem nos sujeitarmos a sacrificios. A aliança é, evidentemente, para nós uma força poderosa, com que podemos deter os impetus das mais ousadas ambições que porventura ameaçassem, algum dia, a integridade do territorio portuguez ou a independencia da nação. Esse apoio, essa força, esse auxilio não se mantem nem se garantem senão pela dedicação leal e decidida com que soubermos corresponder ás necessidades da Inglaterra.

Na hora do perigo, ou na hora do sacrificio, não poderíamos faltar, com tudo quanto depender do nosso esforço, ao que a nação aliada entenda dever solicitar de nós.

Assim o entendeu o parlamento, n'uma sessão que, pela concordancia das varias facções politicas, é uma das mais belas afirmações da solidariedade republicana.

Que convem, portanto? Mantermos dentro d'esse compromisso e aguardar com serenidade, mas com resolução e firmeza, as consequencias, ainda as mais graves, que d'ahi nos possam resultar.

Tem-se feito assim? Inteiramente, não! Hesitações, duvidas, tibiezas, falta de deliberação, umas vezes, outras falha de coesão no proprio governo, impaciencias de uma parte, de outra excessivo e até inconvenientissimo esforço para que se apagasse quanto possível o significado do compromisso leal e entusiasticamente tomado pelo parlamento, tudo isso causou uma confusão e um estado de duvida que só podem trazer ao paiz dificuldades futuras, das mais graves.

Para este estado perigoso contribue uma propaganda dissolvente que, pela imprensa e por outros meios, se

vem fazendo pelo paiz fóra, e até dentro dos quartéis, contra a marcha provavel de forças expedicionarias para o teatro das operações.

Uns choramingam sobre a sorte futura das mães, sem amparo, e das viúvas enlutadas e dos filhos desamparados. Outros esforçam-se por demonstrar que os tratados de aliança com a Inglaterra não nos impõem a obrigação de concorrer com forças militares em seu auxilio, n'uma guerra que não foi originariamente dirigida contra ela; e os mesmos, ou outros, ainda proclamam *carrément* que nós não temos nada que ver com o conflito europeu e que o unico caminho que nos convem é o da neutralidade mais completa, á maneira da Hespanha. E todos incitam os soldados a que, se uma mobilisação fór decretada, não compareçam, porque a guerra só pode ser declarada pelo parlamento, e o poder executivo não tem semelhante competencia.

E' sabido que são principalmente os reacionários que fazem esta campanha, que encontra facil acolhimento nos centros menos cultos da provincia, e que, dada a indiferença das autoridades, vae ganhando, de dia para dia, maior alento, ao ponto de hontem se ter chegado á distribuição de manifestos, que a policia teve, finalmente, o cuidado de apreender.

Não nos admira que isto suceda, visto como a tibieza do governo e a sua estranha attitude, em certas circunstancias, pareciam autorisar essa corrente. Mas é da maior conveniencia pôr as coisas nos seus devidos termos e mostrar ao povo, que se tenha deixado suggestionar por essa propaganda de maus portuguezes, que, se as circunstancias nos levarem ao campo da batalha, nós não vamos combater apenas pelos interesses dos outros, mas pelos nossos proprios interesses. Lutar, n'esta hora grave, ao lado da Inglaterra, se ela apelar para o nosso concurso, é defendermo-nos a nós proprios. A Inglaterra vencida, seria a nossa derrota tambem, com a certa derrocada do nosso imperio colonial, com, talvez, o desaparecimento d'esta nacionalidade da carta da Europa, em proveito de ambições que não dormem.

Quer isto dizer que devemos, portanto, ir n'uma impertinente arrancada até ao teatro da guerra, mesmo contra o desejo da nação aliada? Evidentemente que ninguem pretende semelhante loucura. Mas preparemos para o sacrificio, se ele nos fór exigido, com a devoção, a firmeza e a galhardia com que em outros lances historicos soubemos honrar as nossas tradições heroicas.

(a)

Foi em 10 de Outubro
que Sir Ed. Grey
entregou ao nosso
ministro em Londres
um memorandum
convidando o Gov.
Port. a sair da sua
attitude de neutralidade
e a colocar-se activamente
ao lado da
Grã-Bretanha e dos
seus aliados
(V. Doc. pag. 447 e 448)
Pete que manda já
astelheira.

Seculo de 10 Out.
1914

elle, mas só a admitto como a expressão
noite e levantada da attitude que tomei
nos em 7 de Agosto. De os ingleses in-
sistirem pelos pees, que remedio he se-
rá dar-lh'as? E depois, continuo a
pensar que só a Inglaterra é juiz do
momento em que a nome divisão ha
de ir. Intendo porém que se fale no
publico e nos jornaes, de mais e cedo
na tal divisão.

O Alvaro de Castro procurou-me
depois disto, em muito caso, e con-
siderou emo grave a nossa partici-
pação tão desejada na guerra. Refere-
se ao ministro de 1792 ~~(1792)~~ Luis Piñer
de House Coutinho que tambem iustou
com a Inglaterra por ir nome divisão
auxiliar ao Sul de France combater
a Republica. Em vista d'esta conven-
ção procedemos o Affonso no seu escrito-
rio, um dia destes, e falámos acer-
ca das condições militares em que a
nossa intervenção na guerra devia fe-
zer-se. Fízamos-lhe a conveniencia
que havia em que o Congresso nos re-
unisse para discutir a beligerancia de
Nacal, antes de entrar em Portugal tal
o que estivesse encorajado nos es-
trangeiros. Lembramos varias vezes
a cerca das relações entre ^{estes} portugueses e
ingleses. O Affonso tomou nota. E
le affirma que foi a Inglaterra que
nos disse para entrarmos na campanha.
Fala se na ida de officiaes portuguezes
a Inglaterra. Puz officiaes sem o capitão

(a)

PORTUGAL MOBILISA OU NÃO?

E' esta a pergunta que a todos ocorre

A guerra travada entre os colossos militares da Europa está longe ainda do seu termo, em contrario do que se esperava ao iniciarem-se as hostilidades; e tem ela sido dirigida e executada por uma forma tão contraria ao direito das gentes, violando-se tratados e calcando-se aos pés os compromissos, ainda os mais solenes, que a Alemanha, causadora d'esta terrivel hecatombe, conseguiu não só alhear de si todas as simpatias, mas ainda fazer nascer entre os povos cultos o desejo de que receba na derrota o premio da sua attitude revoltante.

Envolvida n'essa luta, a maior que a Historia regista, encontra-se envolvida a Inglaterra, nossa antiga aliada. Embora afastado do teatro das operações, Portugal não podia ficar indiferente, desde então, ao conflito tremendo.

Assim o compreendeu o parlamento, e, n'uma sessão memoravel, a Inglaterra ponde vêr que o nosso paiz, atentas as obrigações de uma aliança secular, se comprometia a não poupar-se aos maiores sacrificios para cumprir o seu compromisso de honra.

Não recorreu o parlamento a subterfugios, nem a argucias, pretendendo mostrar o contrario do que sentia. O apoio dado á Inglaterra foi incondicional, desde que ela patenteasse o desejo de que com ela cooperassemos. Quem tomou o compromisso?

Quem tinha direito de o fazer? E como dentro da nossa Constituição politica cada um dos poderes tem a sua esfera de ação, que não é licito ultrapassar, cabia, evidentemente, ao executivo, como delegado do legislativo, efetivar as deliberações tomadas por este ultimo acerca da possível participação de Portugal no conflito europeu.

Fez-se isto?

Que os creditos extraordinarios, abertos no ministerio das finanças a favor do da guerra, sobem já a alguns milhares de contos é positivo; que nos arsenaes, nas fabricas de pólvora, nos depositos de fardamentos e até na industria particular se trabalha com grande azafama, produzindo munições para a artilharia e infantaria, manufacturando fardamentos, beneficiando armamento e equipamento, construindo-se carros destinados á impedimento, confeccionando pensos, tudo isto é um facto; mas, desde que á imprensa chegam os ecos de todo esse trabalho, onde cooperam centenas de pessoas, e se afirma que é ele destinado ás forças que do paiz terão de sair para o campo das operações da guerra europeia, as estações officaes ou acodem desmentindo essas afirmações ou se recolhem a um silencio tão pertinaz que sobressalta toda a gente.

E' d'esta attitude frouxa e dubia na execução da vontade do parlamento que tem resultado o que estamos presenciando. Em vez de em toda a imprensa, sem distincção de côres politicas, se procurar levantar o sentimento nacional, mostrando ao povo que devemos, sem tibiezas ou hesitações, cumprir o que o dever nos impõe, desde que nos seja reclamada a cooperação nas operações da guerra, estimulando ao mesmo tempo o brio do soldado portuguez, como o requebrem os interesses superiores do paiz, creando-se assim uma atmosfera moral que daria a cada um a firmeza de animo indispensavel para se sofrerem as agruras que da cooperação pudessem resultar; em vez de tudo isto vemos discutir-se impertinente e se devemos ou não partir; se os tratados de aliança com a Inglaterra nos obrigam ou não; se os poderes dados pelo parlamento ao governo autorizam essa participação!

Assim se fórma uma depressão moral, no exercito e fóra d'ele, que pode ter as peores consequências.

Todavia, é para estranhar que tantos dos que a essa tarefa anti-patriotica consagram esforços sejam precisamente os mesmos que tanto a mimdo tem ameaçado com a guerra civil,

para satisfação apenas das suas vaidades insatisfeitas ou das suas ambições repudiadas!

Estão n'este caso, afóra certos republicanos desvairados, infelizmente mais numerosos do que seria conveniente, os adeptos mais fervorosos, por convicção ou por interesse, do regimen deposito.

Todos eles não duvidariam lançar o paiz nos horrores de uma guerra civil, como, aliás, os factos comprovam, sem se importarem com o luto que levariam, n'esse caso, aos lares dos que se lançassem na luta, a miseria reservada ás viúvas, a situação terrivel creada aos orfãos. Todos os horrores d'uma guerra fratricida seriam justificaveis para esses senhores. O que para tal gente o não é vem a ser a participação nobre do soldado portuguez n'essa campanha em que se jogam não só os destinos da democracia europeia, mas os nossos interesses maiores, a nossa situação de potencia colonial, e, porventura, a nossa existencia como nação independente e livre.

* * *

Emfim: em que ficamos? Que se faz? Que destino é o nosso?

Toda a gente tem o direito de formular estas perguntas. Noticiou-se, com verdade, que se ia preparar uma divisão expedicionaria para seguir para a França. Que embaraços se levantaram, não diremos á marcha immediata para o teatro da luta, porque isso não depende só do nosso desejo, mas á constituição e treino militar d'esse corpo expedicionario?

Devemos esclarecer que não vão n'estas considerações quaesquer censuras para o sr. ministro da guerra, que tem sido incançavel e jámais deixou de manter, na situação que atravessamos, uma nobilissima attitude. Mas causa estranheza que, alegando-se tambem como razão para não participar do conflito, ainda quando a ele chamados, que o soldado portuguez não está preparado convenientemente, se recue ante o dispendio que resultaria da mobilisação, com sacrificio das vantagens que d'uma instrução mais intensa poderiam ainda colher-se.

Desde que o parlamento votou que puzessemos á disposição da Inglaterra todos os nossos recursos, era para acreditar que nos deviamos preparar para cumprir briosamente o compromisso. Não seria proprio de nós que estivéssemos jogando um bluff.

Assim se terá feito, como cremos, no que respeita principalmente á parte material. Mas no que respeita ao soldado? Deixaramos, pelo contrario, de realizar este ano, pela primeira vez, desde que se decretou a nova organização do exercito, as escolas de repetição, que, afinal, não são mais do que o complemento da instrução do recruta e que este ano deveriam servir de maior aproveitamento do que nos anos anteriores.

O sr. ministro da guerra, que é um militar esclarecido e de rara energia, sabe tudo isto melhor do que nós.

E' de esperar, portanto, que, vencendo quaesquer contrariedades e os possíveis embaraços de impenitentes defensores de uma neutralidade impossível já agora, ofereça ao paiz a indicação clara e nítida do que as circunstancias impõem.

Posta a situação a claro, desaparecerão, consequentemente, as maldosas instigações e a propaganda dissolvente a que os reaccionarios e alguns republicanos dessorados presentemente se entregam.

E isso será, sem duvida, uma consequência tão vantajosa que compensará todos os sacrificios.

Seja-nos ainda consentido declarar mais uma vez que não incitamos á participação da guerra, saltando por cima das conveniencias da nação aliada. Nada d'isso! O que pretendemos é que, se nos fór preciso entrar em fogo, o exercito portuguez tenha uma ocasião mais de se cobrir de gloria e de honrar a Patria.

PORTUGAL E A GUERRA

Seculo de 12 Ord. 914



Joens Ferraz, Fernando Freiria e Asambujj Martinis. Estes tres officiaes nem são politicos, nem são pessoas que pelo seus cargos ou cethyrias possam ser accusados de conuener desta ou daquella maneira para a guerra participarem na guerra por este ou aquella maneira.

O Seculo diz hoje o seguinte:

INFORMAÇÕES

O sr. dr. Afonso Costa, ao ser ouvido pelo chefe de Estado sobre a actual situação politica, prometeu o seu apoio ao governo, mas sustentou que no actual momento só um gabinete com representação directa dos partidos organisados e prestido pelo sr. dr. Bernardino Machado poderia assumir cabalmente todas as responsabilidades da politica interna e externa da Republica.

Acerca do incidente luso-germanico ocorrido nas margens do Rovuma (Africa Oriental), sabe-se que o governo portuguez recebeu, efectivamente, communicação official do facto e que a refrega entre as guarnições dos postos frontelricos, portuguez e alemão, teve origem na suspeita de que o sargento comandante do posto portuguez alentara a rebelião dos indigenas collocados sob a proteção dos alemães.

O governador dos territorios da Companhia do Nyassa tambem deu para Lisboa conta do caso, acrescentando que ordenara um inquerito rigoroso e que espera, em breve, poder telegrafar o resultado d'essa investigação.

É preciso um Seculo de guerra

16 de Outubro

O Seculo publica hoje a constituição dos diferentes elementos da divisaõ expedicionaria (!!!...) *Vide verso*

18

O Alexandre Poyras fez hoje uma conferencia no theatro Politheama. Não foi feliz quando se mettem a dizer que os officiaes quebrariam as suas espadas se fosse material de guerra para França e não fosse pessoal. Que maneira que tem os juriconsultos do meu país em se metterem a falar de cousas de que não entendem.

La' seguir para Londres a missaõ de officiaes portuguezes (Joens Ferraz, Freiria e Asambujj Martinis)

A PROXIMA MOBILISAÇÃO

Constituição dos diferentes elementos da divisão expedicionaria

Indicamos já qual deva ser o pessoal do quartel general da divisão e bom assim os nomes da maior parte dos officiaes que o constituem.

Vamos hoje mostrar, em detalhe, qual seja o pessoal, por armas e serviços, que devem formar os elementos da divisão expedicionaria. Na sua composição entram, repetimol-o: uma companhia de sapadores mineiros, uma secção de telegrafistas de campanha, 4 grupos de artilharia, dois grupos de esquadros de cavalaria, 4 regimentos de infantaria, formando duas brigadas, 5 hospitales de sangue, 2 colunas de transporte de feridos e 3 colunas de hospitalisação; uma columna de munições, uma columna de viveres e dois grupos de metralhadoras.

A companhia de sapadores mineiros, que será comandada pelo capitão sr. Ruy Fragozo Ribeiro, tem o seguinte efectivo: 5 officiaes, 261 praças, das quaes 13 sargentos, 47 solpedes e 7 viaturas.

Secção de telegrafistas de campanha, do comando de um tenente, 80 praças, das quaes 11 sargentos; 20 solpedes e 8 viaturas.

4 grupos de artilharia de campanha: 80 officiaes, 2.040 praças, das quaes 148 sargentos; 2.164 solpedes e 245 viaturas.

2 grupos de esquadros: 37 officiaes; 765 praças, das quaes 40 sargentos; 772 solpedes e 17 viaturas.

2 brigadas de infantaria: 6 officiaes, 26 praças, 26 solpedes e 2 viaturas.

4 regimentos de infantaria, a tres batalhões: 272 officiaes, 12.348 praças, das quaes 385 são sargentos, 672 solpedes e 184 viaturas.

5 hospitales de sangue: 35 medicos, 245 praças, 125 solpedes e 35 viaturas.

3 colunas de hospitalisação: 12 officiaes e 84 praças, 162 solpedes e 27 viaturas.

2 colunas de transportes de feridos: 2 officiaes e 252 praças, 116 solpedes e 18 viaturas.

Uma columna de munições, estado maior e menor dos dois escalões, 10 officiaes, 47 praças, 62 solpedes e 6 viaturas; duas secções de munições de infantaria: 6 officiaes, 208 praças, 222 solpedes e 74 viaturas; secções de munições de artilharia: 6 officiaes, 240 praças, 286 solpedes e 35 viaturas.

Uma columna de viveres: 23 officiaes, 871 praças, 864 solpedes e 142 viaturas.

2 grupos de metralhadoras: 12 officiaes, 176 praças, 80 solpedes e 28 viaturas.

E', porém, possível que na constituição da divisão expedicionaria se não hajam observado com todo o rigor os principios estabelecidos no regulamento de mobilisação, elevando os efectivos em alguns elementos e diminuindo n'outros; mas ainda, dada esta hypothese, essas alterações não devem modificar em demasia os numeros acima escritos, que dão um total de: 512 officiaes e 17.611 praças, ou 18.257 homens; 5.658 solpedes e 83 viaturas.

Officiaes que fazem parte da expedição

Como hontem dissemos, os regimentos de infantaria da primeira divisão serão comandados pelos coronéis srs. Boaventura Noronha e Pedroso de Lima, respectivamente, dos n.º 2 e 5.

Dos regimentos da sétima divisão, um será comandado pelo coronel do 22 sr. Rosa Alpedrinha.

Não sendo cada um dos regimentos de infantaria da divisão constituído pelos seus tres batalhões, o estado maior e a bandeira serão dados pelo regimento que mobilisar dois batalhões.

Uma das brigadas de infantaria será comandada pelo coronel sr. Pinto da Rocha, inspector da primeira divisão do exercito, que terá como major da brigada o capitão do estado maior sr. Helder Ribeiro.

Da segunda brigada será major o capitão do estado maior sr. Pires Monteiro.

Um dos ajudantes de campo do general sr. Jaime de Castro é o capitão de infantaria sr. Vaz Velho da Palma.

A artilharia, como dissemos, é constituída pelos grupos dos regimentos n.º 1, 2, 3 e 8. Só os tres primeiros regimentos mobilizam as tres baterias; o quarto grupo é formado por duas baterias de artilharia 8 e uma de artilharia 5, de Vila do Castelo.

Os capitães comandantes d'esses 12 baterias serão os srs. Varela Garcia, Girão, Costa Salgado, Monteiro, Santos, Macedo, Teixeira, Temudo, Silva Cortez e Valdez.

As metralhadoras são representadas pelos grupos n.º 4 e 7, sendo o primeiro comandado pelo tenente coronel Falcão dos Santos.

As unidades mobilisadas concentrar-se-

hão em Matra, Caidas da Rainha, Vendas Novas, Tancos e Torres Novas.

Das colunas de munições é comandante do 1.º escalão o tenente coronel Cabral de Quadros e do 2.º o major Lobo Ramalho, fazendo parte das colunas os tenentes do quadro auxillar Fortes e Reis Vitoria. O tenente coronel, reformado, de Moçambique Anibal Machado ofereceu os seus serviços, embora como interprete, para seguir com a expedição.

A missão em Londres

A missão de officiaes do estado maior, composta dos srs. Ivens Ferraz, Fernando Freiria e Azambuja Martins, que vai a Londres avistar-se com o estado maior do exercito inglez, a fim de tratar de assuntos que se prendem com a partida da divisão, occupar-se-ha tambem do modo de se efetivar o transporte das tropas, que deverá ser feito em navios inglezes. A partida da missão efetuar-se-ha amanhã ou depois.

Aquisição de material

Hoje estiveram no ministerio da guerra diversos representantes de casas commerciaes, que ali foram tratar do fornecimento de automoveis, projectores, etc. pois que, como já aqui o dissemos, as forças expedicionarias irão dotadas com todos os elementos indispensaveis para o desempenho da sua importante missão.

Agasalhos para os nossos soldados

Teve um excelente acolhimento o apêto dirigido pelo *Seculo* à mulher portugueza, para se tratar da confecção de artigos de agasalho para os nossos valentes soldados, o que demonstra bem as excellentes qualidades do nosso povo, o seu altruismo e amor patrio.

E que não foi de balde que nos dirigimos a todos em geral, supplicando a quotisação para aquele simpatico fim, prova-o a importante oferta feita hontem ao general sr. Pereira d'Eca por um grupo de commerciantes. Este grupo deu conhecimento ao ministro da guerra que vai ser aberta uma grande subscrição entre o comercio de todo o paiz, a fim de se adquirirem agasalhos d'inverno para as forças que terão de partir para o teatro da guerra, que deve realisar-se exactamente na quadra mais fria do ano.

O ministro da guerra aceitou a generosa oferta e a pedido da commissão indicou-lhe quaes os artigos que se devem adquirir de preferencia. Digna é de todos os louvores a iniciativa do comercio, que veio assim por-se ao lado do *Seculo* n'este empenho patriótico para que aos nossos soldados coisa alguma falte.

—As listas da subscrição aberta pela Loja Elias Garcia para se adquirirem donativos para a compra de agasalhos encontram-se nos seguintes locais: Rua da Madalena, 233, 239 a 243; rua da Palma, 120; rua Augusta, 472; rua do Ouro, 49; rua da Petesga, 403; rua do Ouro, 476; rua de S. Julião, 48, 49; Germano de Sousa, Alto do Pina; rua dos Panqueiros, 72 a 76; rua da Prata, 24 a 28; rua do Marquez de Ponte de Lima, 10 e 23; mercado 24 de Julho, 10, e rua de S. Cristovão, 1 e 3, 10 e 25.

Os serviços medicos da expedição

E' de noventa e seis o numero de officiaes medicos que devem fazer parte da expedição, já constituído o serviço dos hospitales, já incorporados nas unidades. Como se deva contar com equal numero para reserva e atendendo ainda que é preciso não deixar ao abandono o serviço medico militar do exercito, serão insufficientes os medicos do activo, devendo, pois, partir tambem na divisão medicos milicianos.

Dizia-se mesmo hontem que o ministerio da guerra aceitaria o oferecimento de medicos milicianos que desejassem ser incorporados.

Interesses portuguezes na Alemanha

Após a declaração da belligerancia entre Portugal e a Alemanha, os interesses portuguezes n'aquella paiz serão confiados á guarda dos diplomatas e consules brazileiros.

Conferencias patrioticas

O Partido Republicano Portuguez inaugura a serie das suas conferencias patrioticas, a proposito da breve partida de uma columna expedicionaria portugueza para o teatro da guerra, no proximo domingo, pelas 11 horas, no teatro Politeama. O conferente é o grande orador e parlamentar sr. dr. Alexandre Braga.

A reunião do Congresso

A reunião do Congresso realisar-se-ha na

proxima quarta-feira, 21. Assim ficou hontem resolvido entre o sr. presidente da Republica e o chefe do governo, depois de ouvidos os chefes das diversas facções politicas, chamados a casa do sr. dr. Bernardino Machado para entre si assentarem no dia em que devia realisar-se a reunião.

Os primeiros a serem ouvidos pelo presidente do ministerio foram os srs. drs. Antonio José de Almeida e Afonso Costa e mais tarde o sr. dr. Brito Camacho.

Depois do que o sr. dr. Bernardino Machado se poz em comunicação telefonica com o sr. dr. Manuel d'Arriaga, dando-lhe parte das conferencias havidas e d'onde resultou ser fixado o dia para a reunião.

O respectivo decreto de convocação deve ser hoje ou amanhã publicado no *Diario do Governo*.

E' provavel que as sessões das camaras se não prolonguem por mais de tres dias, visto que as primeiras sessões da camara dos deputados e do senado serão destinadas a simples declarações por parte do governo—do que tem sido a sua orientação em materia de politica internacional e a leitura da nota ingleza—e dos chefes dos agrupamentos politicos, definindo a attitude dos seus partidos.

Assim, só no segundo dia a camara poderá apreciar as propostas de lei que o governo lhe tentona apresentar, sendo reservado o terceiro dia para a apreciação das emendas que o Senado, porventura, lhes queira introduzir.



20 de Outubro

lieutenant de Mestre. O tenente de Cavalle-
 ria Constantino, do depósito de remonta, revo-
 cionou alguns soldados e foi com elles e
 com duas galeras carregadas de armas, na
 direcção de Torres. O municipio, parece que
 quasi todos os soldados adheriram, mas de-
 pois sentiram-se trahidos e ficaram na
 sua maior parte. — Em vista destes factos
 houve um conselho de officiaes convocados
 pelo 2.º commandante da Escola (o 1.º com-
 mandante estava em Lisboa) Na ^{tarde} ~~noite~~ que
 se resolveu neste conselho. Intubando em
 casa do capitão Alvaro Pope, commandante
 do depósito de remonta, reuniam-se os capi-
 tães Oliveira Gomes, Lobo (de esq.) e Naul
 Loureiro, e deliberavam sair em persecu-
 cao dos revoltos. Como a reunião destes
 elementos levava tempo a apparecer, o Po-
 pe foi falar ao 2.º commandante, e de sua
 convocação resultou um 2.º conselho de offi-
 ciaes. Por proposta do que já tinha deli-
 berado marchar em persecução, lá se ven-
 deu reunir o pessoal que havia, armel-
 com as poucas espingardas que ficaram
 e com os poucos cartuchos que havia
 na ceneira de triz — os revoltos tinham
 levado todas as munições que poderiam
 apparecer — e metter-no em galeras
 do depósito de remonta, levando por
 escaudados nos honcos deste depósito
 a cavalo. Assim se fez. Um pelotão ^{de 21 honcos} fi-
 cou porém porque não cabia nestas gal-
 ras, mas marchou depois, sob o comman-
 do de um cabo (!) — por iniciativa dos

justiças piores. Os officiaes da Escola prece-
sam Seguiu-se o combate perto de
S. Pedro da Cadeia em que morreram dois
dos nossos, tendo de retirar por falta de
cartuchos. Distinguiu-se o commandan-
te, capitão Oliveira Gomes e o Tenente Náu-
ne. O 2.º commandante de Escola é
o major Machado que eu dei commandar
dos inf. 13 durante muito tempo. Tem
na escola o alcumbe de "bailarino". Quan-
do partiu a força em perseguições duá-
lhes: vejão lá, olhem que afinal são
nossos irmãos. Jogou-se de porta valen-
tamente.

Eu não soube de nada senão ao meio
diã em Queluz, ao regresso do campo. Quando
fui de Lisboa, notei que o combato seque
atrasado meia-hora talvez, mas ninguém
me disse que tivesse havido coisa extraordi-
nária na provincia ou nas lizes. Afinal
tinha sido levantada ou detida a lize
adeante do Cacem. Seriam 11 horas e . . .
quando o Grupo recebeu ordem para apertar
o 1 e . . . quando estava frente a uma baté-
ria (tudo o que pôde dar).

24

Tem se effectuado prisões por causa do caso
de Mafra. O tenente Constantino Com de
Dafnil de remonte

O ministro da guerra mandou pedir as
jornaes, por intermedio do governador civil
para não publicarem mais nada so-
bre a projectada mobilização. Vem a
tempo!

A ordem do ex.º de hontem, n.º 23

Muito elucidativa a nota que o ministro dos
Estrangeiros, Freire d'Azevedo, enviou em 26 de
Outubro ao novo ministro em Londres (Fei-
reira Gomes), e que pode ler-se a pag.
65 e seq.^{tes} do "Doc. apresentados ao Congresso
da Rep. em 1920"



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

de 1.ª serie é muito curiosa. Trai ao' o decréto para julgar os honores de Mepe. Que uni-
seria! É uma sentença de juiz, não é um de-
creto. É' lei. — Foi preso em alhandra, dis-
ferçado de solois, o Dr. Pacheco Soares, advo-
gado e chefe civil do movimento de Mepe.

26

Acabo de saber que foram 20.000 annas
Mauser. Veyvem para o Cabo de Boa Esperan-
ça e 12 milhões de cartuchos. Acho bem.

É o que dirá agora o Alcaide Prope a res-
peito dos officiaes que harem a espada? Incon-
venientes da mataria que faz com que se di-
gam cousas a mais...

O Diário de Noticias de hoje tira uma
carta de Bordos, de Xavier de Carvalho em
que muito espantado diz que tendo escrito um
artigo para a "Guerra Social" de Gustav
Hervé, elle foi supprimido inteiramente de
lé-a-lé. No jornal virham duas colunas
em branco e no fundo a assinatura de Xavier